



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 38

"Tipos de Fronteira e Modelos de Colonização na Amazônia: Revisão da Literatura e Especificação de uma Pesquisa de Campo"

Anna Luiza Ozorio de Almeida

Maria Beatriz de A. David

Agosto de 1981

TIPOS DE FRONTEIRA E MODELOS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA:
REVISÃO DA LITERATURA E ESPECIFICAÇÃO
DE UMA PESQUISA DE CAMPO¹

ÍNDICE

- 1 - INTRODUÇÃO
- 2 - O FECHAMENTO DA FRONTEIRA
- 3 - TIPOS DE EXPULSÃO E TIPOS DE MIGRANTES
- 4 - FRENTES DE PENETRAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
 - 4.1 - Amazônia Oriental
 - 4.2 - Amazônia Ocidental
- 5 - A ADMINISTRAÇÃO DA FRONTEIRA
 - 5.1 - Amazônia Oriental
 - 5.2 - Amazônia Ocidental
 - 5.3 - Mato Grosso

¹Este texto relata as principais proposições empíricas de um projeto composto de quatro pesquisas interligadas e simultâneas:

Subprojeto 1: A Dinâmica Demográfica da Agricultura Familiar em Regiões de Fronteira por Anna Luiza Ozorio de Almeida.

Subprojeto 2: A Experiência de Colonização e Regularização Fundiária do INCRA por Maria Beatriz de Albuquerque David.

Subprojeto 3: Os Padrões de Formação da Família e suas Relações com Condições de Saúde em Regiões de Fronteira Agrícola por Sarah Hawker Costa.

Subprojeto 4: A Terra: O seu Significado para o Pequeno Produtor na Fronteira por Brancolina Ferreira.

6 - ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES BASEADAS NUMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A FRONTEIRA AGRÍCOLA

7 - RESUMO DAS PROPOSIÇÕES EMPÍRICAS SOBRE OS PERFIS DE RENDA E A REALIMENTAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA FRONTEIRA

8 - SELEÇÃO DOS LOCAIS DE LEVANTAMENTO DE CAMPO

8.1 - Colonização Oficial

a) Sulistas

b) Outros Migrantes

8.2 - Colonização Particular

c) Sulistas

d) Outros Migrantes

8.3 - Colonização Espontânea

e) Sulistas

f) Outros Migrantes

8.4 - Outros Locais de Pesquisa

g) Colonização Antiga: Sulistas e Outros Migrantes

h) Treinamento

9 - BIBLIOGRAFIA SOBRE A FRONTEIRA

9.1 - Estudos de Caso

9.2 - Outros Trabalhos

MAPAS

- Mapa 1 Localização dos Projetos do INCRA
- Mapa 2 Localização dos Projetos de Colonização
Particular
- Mapa 3 Localização dos Projetos de Colonização
Particular: Mato Grosso
- Mapa 4 Localização dos Estudos de Caso
- Mapa 5 Locais da Pesquisa de Campo

GRÁFICOS

- Gráfico 1 Sulistas e Outros Migrantes: Perfis
de Renda e Reprodução Familiar na
Fronteira

TIPOS DE FRONTEIRAS E MODELOS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA:

REVISÃO DE LITERATURA E ESPECIFICAÇÃO

DE UMA PESQUISA DE CAMPO

Anna Luiza Ozorio de Almeida

Maria Beatriz de Albuquerque David

I - INTRODUÇÃO

A pequena produção avança atualmente ao longo de várias frentes da Amazônia, com bolsões geograficamente dispersos em diversos pontos, não formando um cinturão de penetração mais ou menos constante, como parece ter sido o caso da conquista da fronteira norte-americana no século passado. O único cinturão claramente identificável através dos dados secundários configura-se, não nas áreas de atração, mas nas de êxodo de agricultores das antigas fronteiras do Mato Grosso do Sul, de Goiás e do Maranhão.² Esse êxodo, contudo, não parece avançar adiante de maneira uniforme. A leste ele transborda pelas áreas contíguas às zonas de evasão, de Goiás e do Maranhão, ocupando as áreas de Marabá, Conceição do Araguaia e Barra do Garças; a oeste ele percorre grandes distâncias, indo do Mato Grosso do Sul para Rondônia, Aripuanã e Roraima.

²Segundo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980, esse êxodo também é marcante na antiga fronteira paranaense e no oeste do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo. No entanto, como esses Estados não fazem parte da região pesquisada por este projeto, não temos informações precisas a respeito.

A grande diversidade do comportamento migratório para a fronteira, aparente a nível dos dados secundários, poderá significar diferenças importantes nos tipos de migrantes que compõem cada uma dessas frentes de pequena produção na Amazônia. Tais diferenças são confirmadas na literatura existente sobre a fronteira brasileira, a qual identifica processos históricos e institucionais de ocupação humana bem distintos na parte oriental e ocidental da Amazônia. O presente texto apresenta esta literatura de forma resumida, como o objetivo de caracterizar os principais tipos de fronteiras agrícolas da Amazônia de hoje. Porém, antes de passar para uma discussão das particularidades dos tipos distintos de frentes de penetração, são relatadas na próxima seção as apreensões de caráter geral, que aparecem nas obras consultadas, quanto à drástica redução do espaço reservado para a pequena produção agrícola na Amazônia. Depois, na Seção 3, é proposto um esquema de situações de expulsão das regiões de origem, que serve de base para uma descrição, na seção seguinte, dos principais tipos de movimentos migratórios que alimentam as diferentes frentes de penetração demográfica na região. Na Seção 5 são feitas algumas distinções quanto às condições predominantes nas áreas receptoras desses fluxos e apresentadas as principais instituições encarregadas de orientar o processo de ocupação das diferentes fronteiras identificadas. Na Seção 6 é feita uma caracterização resumida e esquemática das situações de fronteira na Amazônia visando à organização das proposições empíricas a serem pesquisadas (Seção 7) e à seleção das áreas para o levantamento de campo (Seção 8). Ao fi-

nal, na Seção 9, é apresentada a bibliografia citada ao longo do trabalho.³

É importante frisar que este texto visa apenas levantar questões e propor esquemas de análise empírica, objetivando apontar algumas importantes lacunas de conhecimento sobre a fronteira agrícola brasileira no período recente. Não se pretende repetir ou resumir teses de outrem, as quais são melhor apresentadas pelos seus próprios autores, nos livros e nos estudos de caso listados na bibliografia ao final. Apenas algumas das obras consultadas são diretamente citadas, tendo em vista apresentarem informações particularmente pertinentes ao argumento desenvolvido aqui. Por outro lado, a proposta de pesquisa referente a um projeto inclui, para cada uma das quatro pesquisas, que compõem o trabalho como um todo, uma revisão detalhada da literatura pertinente à sua área específica de investigação. Estas resenhas, que estão disponíveis para consulta no INPES, no Rio de Janeiro, serão referidas, quando necessário, no texto a seguir.

Os erros e omissões deste capítulo refletem o estágio atual atingido por um trabalho em andamento. Não se pretende apresentar nem chegar a conclusões a respeito dos problemas levantados, mas, apenas, indicar de que maneira os dados secundários e a literatura consultada influenciaram os rumos desta investigação sobre o avanço da pequena produção agrícola na fronteira brasileira. Neste sentido, são bem-vindos todos os co-

³As informações sobre os projetos de colonização oficial e particular, citadas na Seção 5, foram omitidas deste texto devido às limitações de espaço, mas podem ser examinadas nos anexos VI e VII do Relatório, referido na Nota 1, acima.

mentários que possam contribuir para reduzir as lacunas e corrigir as distorções presentes.

2 - O FECHAMENTO DA FRONTEIRA

Em todo o território nacional, a emigração da população rural parece estar vinculada a um conjunto de processos interligados, cuja importância tem crescido no período recente. Por um lado, tem-se acelerado a expansão da pecuária em áreas de antigas lavouras intensivas em mão-de-obra (como por exemplo café, algodão, feijão e milho); por outro lado, novas lavouras com elevado grau de mecanização estão sendo introduzidas (soja, cana, amendoim); as áreas mais próximas dos centros urbanos consumidores, por sua vez, têm sofrido tamanha valorização imobiliária que já não comportam as lavouras tradicionais, passando para produtos de maior valor unitário e maior intensidade de utilização de capital de insumos modernos; finalmente, diversas regiões amazônicas de extrativismo decadente, ainda distantes da fronteira agrícola, têm sofrido um grande esvaziamento populacional (Carvalho, 1979; Loureiro, 1981; FIBGE, 1979; Dias, 1979). Com exceção do último, todos esses processos podem ser vistos, em conjunto, como uma expressão do movimento mais geral de penetração do capitalismo no campo, com modificações na forma de organização da atividade econômica, nas relações de trabalho, no uso de técnicas, no nível de produtividade e na composição do produto da terra, e tendo, como consequência comum, a liberação da mão-de-obra rural das regiões de agricultura estabelecida (Brant, 1977; Silva, 1980 e Cardoso e Müller, 1977).

Também nas regiões de fronteira, tem-se manifestado o mesmo processo geral de penetração do capitalismo no campo, impulsionado ainda pelos incentivos fiscais e creditícios e pelos grandes projetos estrangeiros e nacionais, privados e estatais, que ocupam imensas extensões de terra e geram uma estrutura de propriedade grandemente concentrada durante e mesmo antes da chegada do fluxo populacional (Carvalho, 1979; Mahar, 1978; e Osório, 1978). Esses processos teriam se intensificado a partir de 1974, aproximadamente, reformulando-se a política traçada no início da década de 70 com o lançamento do Programa de Integração Nacional. Conseqüentemente, grandes extensões de terra nas regiões de fronteira vêm-se tornando inacessíveis ao pequeno produtor, através de mecanismos análogos àqueles que o expulsaram - e continuam expulsando - das áreas já estabelecidas.

O progressivo "fechamento da fronteira por dentro e por fora" (Osório, 1978) tem provocado tensões sociais crescentes em torno da terra, trazendo para a Amazônia o próprio problema fundiário das regiões antigas que se esperou que ela solucionasse (Martine, 1979, 1980; e Pacheco, 1979). No entanto, a idéia mesma de uma fronteira traz consigo conotações fortes de oportunidades, de liberdade e de todo um conjunto de esperanças, o "mito da terra liberta", de que ninguém quer abrir mão: nem os migrantes, que a procuram como solução de vida individual, nem os administradores e estudiosos, que procuram contribuir para preservar essa solução a nível social (Musumeci, 1979; e Velho, 1978). A possibilidade de se encontrar tal solução para a pequena produção na Amazônia, a nível suficiente para a dimensão do fluxo que demanda as terras da região, irá depender,

de um lado, de um dimensionamento realista do espaço necessário (e.g. Martine, 1978) e, de outro, "da força política de assegurá-lo para o pequeno produtor." O segundo aspecto - atuação política - embora deva ser explicitado, por ser inseparável do primeiro, extravasa a temática abordada por esta pesquisa e, portanto, não será analisado no texto a seguir. Já o primeiro aspecto - dimensionamento do espaço requerido pela pequena produção na Amazônia - constitui um dos principais objetivos de toda esta pesquisa.

Com efeito, o potencial de absorção da pequena produção na Amazônia e as alternativas de instrumentos de política governamental adequados para a orientação de tal absorção, irão depender das características dos próprios migrantes (eficiência na organização de uma unidade produtiva, experiência e conhecimentos adquiridos anteriormente, recursos trazidos consigo e outras) e das características dos locais para onde eles se deslocam (qualidade dos solos e outras condições físicas, infra-estrutura viária e de comercialização, graus de coordenação e cooperação entre os organismos de administração pública, existência ou não de uma ocupação econômica anterior à intensificação do fluxo migratório e outras). Nas seções seguintes serão resumidas as informações existentes na literatura sobre a fronteira brasileira a respeito deste conjunto de características - dos migrantes e das regiões que os recebem - e serão traçadas algumas implicações para a delimitação do ambiente institucional que procura organizar a penetração da pequena produção na Amazônia.

3 - TIPOS DE EXPULSÃO E TIPOS DE MIGRANTES

O movimento geral de capitalização da agricultura, mencionado na seção anterior, libera tipos muito diferentes de mão-de-obra, segundo a manifestação concreta deste movimento em cada região específica. Esquematizando e simplificando as diferenças existentes, propõe-se a seguinte classificação dos fluxos migratórios:

a) Se a área de expulsão era antes trabalhada por pequenos proprietários, gera-se um fluxo que já tem experiência de produção agrícola independente num lote fixo de terra e que leva consigo algum equipamento e/ou recurso financeiro, proveniente da venda da propriedade anterior, por menor que tenha sido.

b) Se a área de expulsão era antes trabalhada por posseiros e ocupantes em terras devolutas ou de proprietários, gera-se um fluxo que tem experiência de uma agricultura itinerante e que não leva consigo nenhum recurso financeiro que se compare ao caso anterior.

c) Se a área de expulsão era trabalhada por posseiros, colonos e afins em terras controladas por seus proprietários, gera-se um fluxo ainda com menos experiência de independência produtiva e tão sem recurso quanto o caso anterior.

d) Finalmente, quando a área de expulsão já era antes trabalhada por mão-de-obra assalariada ou condicionada ao extrativismo, gera-se um fluxo tão desprovido de recursos, e ainda menos experiente de produção agrícola independente do que no caso anterior.

Claro está que nem toda a mão-de-obra liberada pela capitalização da agricultura emigra para a fronteira. Grande par

te migra para as cidades, primeiro para as menores e depois para as maiores, sendo que uns continuam a exercer atividades agrícolas, como empregados eventuais - os chamados "bóias frias" - e outros passam a exercer atividades propriamente urbanas (d'Incao de Melo, Goodman, Lopes, Brant e Bastos). Quando as cidades não têm suficiente atividade econômica para absorver o fluxo migrante dão-se as já conhecidas situações de "inchaço" do setor terciário, de desemprego e subemprego, que até recentemente foram consideradas típicas apenas das zonas de ocupação antiga (Ozorio, 1976). Com o "fechamento da fronteira", porém, o mesmo problema já se tem manifestado, e com intensidade crescente, nas regiões novas. Nesta, é o próprio êxodo rural que cria as cidades para onde migra, as quais nascem "de um dia para outro" já "inchadas" por força de trabalho desempregada (Gall, 1977; Hébette e Marin, 1977).

Segundo o esquema acima, os que na fronteira tentam preservar a condição de agricultor, trazem consigo uma grande diversidade de recursos e de experiências, conforme a estrutura fundiária de origem. No fluxo sulista, a proporção de ex-proprietários deve ser bem maior do que nos demais, como também a proporção daqueles que trazem consigo capital e conhecimento técnico adequado para fixar uma unidade familiar num lote de fronteira. Em contrapartida, no fluxo nordestino, a proporção de ex-posseiros, ex-parceiros e daqueles que carregam um passado de penúria, rudimentarismo tecnológico e itinerância deve ser bem maior do que no fluxo sulista. Entre esses dois extremos devem estar os fluxos que já se originam nas antigas fronteiras (do Paraná, de Goiás, do Mato Grosso do Sul e na própria região

amazônica). Se bem que o discurso de quem lida com os colonos tenda a identificar a origem do agricultor com o seu nível de desempenho na fronteira, é bom deixar em aberto a possibilidade de que haja "de tudo" em cada fluxo, variando apenas as proporções, segundo as circunstâncias predominantes nas regiões de expulsão. É freqüente a afirmação, entre funcionários do INCRA, por exemplo, de que os "sulistas" têm um desempenho muito superior aos "nordestinos" nos projetos de colonização. Resta saber, e este é um dos principais temas desta pesquisa, se as diferenças observadas não seriam causadas pelas desigualdades nas dotações de recursos com que cada fluxo chega à fronteira e, portanto, se poderiam ser corrigidas por políticas de colonização compensatórias. Essa hipótese será retomada na Seção 5, abaixo.

Segundo a literatura existente sobre a fronteira, os diferentes tipos de migrantes têm-se especializado geograficamente na Amazônia. A frente oriental - Marabá, Conceição do Araguaia e Barra do Garças - vem recebendo um fluxo itinerante; a frente ocidental - Rondônia - recebeu inicialmente um fluxo também itinerante, que foi depois substituído, em grande parte, por um fluxo sulista mais estável; Roraima e Aripuanã representam, atualmente, prolongamentos da frente de Rondônia, quanto ao tipo de fluxo recebido.

Evidentemente, a especialização geográfica da migração para a Amazônia por origem e destino, não é tão rígida quanto leva a crer o esquema esboçado acima. Não obstante, a bibliografia existente sobre a fronteira brasileira indica que as duas frentes de penetração da Amazônia, identificadas pelos dados se

cundários no capítulo anterior - a oriental e a ocidental - de fato correspondem a processos históricos e institucionais bastante distintos, os quais serão resumidos a seguir.

4 - FRENTES DE PENETRAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

4.1 - Amazônia Oriental

A migração sazonal e espontânea de nordestinos para o sudeste do Pará teve início nos anos 20, sempre fortemente ligada à coleta da castanha-do-pará. Ela gerou, inicialmente, pouca absorção de pequenos produtores, os quais, no entanto, aumentaram em número a partir do início dos anos 50, representando, basicamente, um transbordamento da fronteira maranhense.

O fluxo migratório formou, assim, uma ligação entre Imperatriz (Maranhão), Estreito (Coiás) e Marabá (Pará), aprofundando a penetração da pequena produção na selva amazônica. Esse tipo de "fronteira móvel", ou agricultura itinerante, foi estudado por diversos autores, entre os quais destacam-se os trabalhos de Velho, 1973; Osório, 1978; Sawyer, 1979; Moura, 1979 e, de um modo mais geral, Martins, 1975.

Aparentemente, a fronteira maranhense esgotou-se ao final dos anos 60, tendo durado apenas duas décadas. Deste então, grande parte da função absorvedora do fluxo nordestino para a Amazônia, passou para o sudeste do Pará e, mais recentemente, para o nordeste mato-grossense. Essas regiões têm recebido, também, parte do fluxo oriundo das rodovias que ligam Barra do Garças à Marabá (BR-158) e, sobretudo, da Belém-Brasília (BR-153),

a qual, surpreendentemente, revelou uma capacidade de absorção de mão-de-obra muito aquém do êxodo gerado por ela mesma nos seus poucos anos de existência (Hébette e Marin, 1977).⁴

Esse tipo de agricultura itinerante contém, em si mesmo, motivos diversos para o deslocamento, que num certo sentido são independentes das causas de expulsão mencionadas na Seção 2, acima. Aparentemente a fonte propulsora da itinerância resulta da identidade que existe na agricultura familiar, entre as ações dos agricultores que visam à formação e ao desenvolvimento da unidade de produção agrícola, e aquelas que buscam a formação e o desenvolvimento da unidade familiar. A inter-relação existente entre esses dois níveis de comportamento determinaria a seqüência de ações da unidade de produção quando esta procura implantar-se na fronteira; condicionaria também o período de permanência da mesma em cada local ao estágio em que se encontra a unidade familiar ao longo do seu ciclo de vida. Mesmo que não ocorra uma transformação mais ampla na agricultura circundante, ou ainda que não haja uma penetração do capitalismo no campo, a unidade familiar de produção se veria obrigada a deixar o seu lote, previda pelo ciclo vicioso da penúria, do primarismo tecnológico e da itinerância. O mecanismo subjacente a esse movimento é resumido por Dias (1976) da maneira que se segue.

Ao chegar a uma nova terra, a unidade familiar tem que, inicialmente, assegurar sua própria sobrevivência, que de

⁴ Com efeito, os dados secundários apresentados no Capítulo 2 do Relatório de Andamento, citado na Nota 1 acima, revelam que a orla da Belém-Brasília tornou-se uma das principais zonas de êxodo da antiga fronteira agrícola. Veja-se, especialmente, os mapas 6, 7, 9 e 10.

pende do desmatamento e do plantio de culturas alimentares. Quanto menos recursos financeiros, conhecimento técnico ou equipamento, maior será a dependência da unidade de produção na força de trabalho familiar. Isto é, a dimensão da área desmatada e plantada será função direta do número de trabalhadores disponíveis na família. Por outro lado, a quantidade de excedente que poderá ser comercializado será função do número total de membros presentes na família. Quanto maior a força de trabalho e quanto mais favorável a composição etária, maior o tempo de trabalho disponível para ampliar a área desmatada e destocada, plantar culturas comerciais, formar culturas permanentes e construir benfeitorias. O tamanho da família e a composição etária determinam o capital de giro disponível para a formação e acumulação de capital fixo e passam a determinar a taxa de acumulação da unidade de produção agrícola.

Conseqüentemente, apenas as famílias que já atingiram determinado grau de maturidade no ciclo de formação familiar teriam as dimensões e as proporções etárias adequadas para obterem sucesso na fronteira. As outras, ou seriam demasiado jovens ou demasiado velhas, isto é, pequenas demais para produzirem o excedente necessário para a acumulação, ficando presas à economia de subsistência. O insucesso, no caso, implica o conhecido problema da rápida exaustão do lote, formação de "capoeira" e invasão por formas vegetais incontrolláveis ao nível de manejo baixíssimo do agricultor descapitalizado, forçando-o a passar o lote adiante. Ficar preso à subsistência, portanto, significa também ficar preso à itinerância.

Evidentemente, o ciclo de formação familiar não é o único determinante da itinerância da pequena agricultura de fronteira. Este componente opera mais justamente no estrato mais pobre para o qual inexistente uma intermediação econômica que forneça capital de giro alternativo ao simples uso da força de trabalho familiar e viabilize a acumulação e a fixação à terra. Neste sentido, a mecânica de deslocamento da fronteira itinerante não é tão independente das forças de expulsão quanto se deu a entender acima, pois é a marginalização do agricultor da economia de mercado que o fariam recair na dependência dos recursos da economia familiar. Portanto, esse estrato tem poucos recursos para enfrentar os reveses climáticos, as pragas desconhecidas e os outros riscos naturais (ou não tão naturais) de uma região nova. A todas essas ameaças à formação de um excedente se acresce ainda a precariedade, própria das fronteiras, da estrutura de comercialização, a qual, em última análise, constitui a chave que viabiliza, ou não, a transformação do excedente agrícola em capital produtivo.

Finalmente, mesmo as unidades maduras, que venham a romper o ciclo vicioso da itinerância, o fazem às custas de uma estrutura familiar que também amadurece e se transforma. São pouco estudadas, dentro de um arcabouço de análise econômica, as fases de desagregação das unidades familiares e a de formação de unidades novas, próximas ou distantes. Por um lado, poderá haver a ânsia dos filhos de apressar a saída para fugir à superexploração dos pais; por outro, poderá ocorrer a tendência a adiar a saída, até que os filhos da nova unidade cresçam o bastante para dar condições de viabilidade econômica a uma produção agrícola

la independente. A formação de famílias grandes e a fecundidade tardia que tipificam esse estrato populacional (Berquó, 1977 e Ozorio, 1977) são coerentes com um período prolongado de êxodos sucessivos dos filhos mais velhos e de permanência dos mais jovens, assegurando vários anos de continuidade a cada unidade produtiva. Desta forma, mesmo que a "matriz" se estabilize, ela realimenta o fluxo migratório da próxima geração. Muitos dos filhos da fronteira migram para as cidades, outros engrossam a demanda por novas terras na Amazônia.

A dinâmica demográfica da fronteira itinerante resultaria, portanto, da inter-relação entre o comportamento produtivo e reprodutivo da unidade familiar agrícola. Esta hipótese será investigada a fundo na pesquisa de campo a ser efetuada na próxima fase dos trabalhos, segundo as óticas distintas dos quatro subprojetos que integram o projeto como um todo. A literatura referente à determinação econômica do comportamento demográfico, à tecnologia tradicional do pequeno agricultor, ao ciclo de formação familiar e às atitudes dos migrantes de fronteira está resumida, respectivamente, nas propostas de pesquisa dos subprojetos 1, 2, 3 e 4 e não será aprofundada neste texto.

A relevância desta análise dos determinantes da itinerância de fronteira remete às suas implicações em termos de políticas concretas de colonização. Segundo a hipótese apresentada acima, uma fixação efetiva de fluxo itinerante iria exigir uma modificação profunda no comportamento reprodutivo da unidade familiar e nas práticas agrícolas do pequeno agricultor. Este conjunto de comportamentos, coerentes entre si, não mudam da

noite para o dia e exigirão, por sua vez, alterações igualmente drásticas nos modelos de colonização que venham a ser experimentados. Um exemplo claro da dificuldade de se mudarem atitudes arraigadas está na evolução da percepção do que seja a propriedade da terra nos projetos de colonização da frente oriental da Amazônia.

Com efeito, há diversos indícios de que o nível de compreensão do migrante da fronteira itinerante, acerca do poder associado à propriedade privada da terra, tem aumentado com o tempo. A experiência de expulsões sucessivas e a própria atuação da colonização oficial tem ensinado ao imigrante que aquilo que ele antes considerava um direito natural de acesso à "terra de trabalho", (Sã, 1975; Cunha, 1977; e Garcia Jr., 1975) só fica assegurado a quem adquirir propriedade legal da mesma, dentro dos critérios do sistema institucional dominante (Musumeci, 1979). Dado o fechamento da fronteira por fora, muitos migrantes já evitam tornar-se ocupantes em terras alheias. Crescem as filas de espera nos projetos de colonização e muitos candidatos até demarcam por conta própria os lotes que esperam "regularizar" nas áreas de expansão dos projetos atuais. Outros se agregam ou se tornam parceiros em lotes já distribuídos, enquanto esperam receber o seu.

Esta rápida mudança de percepção sobre o poder associado à propriedade privada da terra, contudo, não encontra contrapartida tão veloz numa modificação das práticas agrícolas predominantes na pequena produção familiar. O ciclo vicioso do primarismo tecnológico e da agricultura de subsistência continua, e

reproduz, mesmo dentro dos projetos de colonização, o avanço da fronteira itinerante.⁵ Hébette e Marin (1977) observaram, ainda, que mesmo nos projetos de colonização onde ocorreu fixação da mão-de-obra ao longo da Belém-Brasília, não havia solução para a segunda geração de famílias que continuaram grandes e levaram à minifundição e à pauperização dos lotes.

Este problema que se tem manifestado na Amazônia oriental, reflete uma defasagem entre a compreensão do conceito de propriedade da terra e a adoção de um comportamento produtivo e reprodutivo coerente com tal conhecimento. É uma defasagem que gera um conjunto específico de demandas sobre a política de colonização bem diferente daquela que predomina na Amazônia ocidental, como será discutido em seguida.

4.2 - Amazônia Ocidental

A fronteira paranaense foi impulsionada, nos anos 40, pela frente da cafeicultura paulista e por diversas companhias privadas de colonização, as quais, com o apoio oficial, tiveram um papel importante no estabelecimento de uma estrutura fundiária onde predominava a média e a pequena propriedade. Em pouco mais de duas décadas essa fronteira se esgotou e, nos anos 60, começou a ser substituída pela entrada de outras frentes paulistas: a de cereais (soja, trigo, arroz) e a da pecuária, provocando uma concentração da propriedade. Em decorrência, o êxodo

⁵Observação feita em visitas aos projetos de colonização de Monte Alegre, Altamira e Marabá, no Pará.

populacional subsequente atingiu, na década de 70, dimensões sem precedentes.

A ocupação do Mato Grosso do Sul, área de avanço natural da frente paranaense, realizou-se a partir de grandes propriedades e de colonização oficial e particular. As grandes propriedades eram geralmente de gaúchos e paranaenses, que adquiriram terras para o plantio do arroz e de pastagens artificiais, além da exploração florestal e formação de cafezais. Utilizavam para a derrubada da mata e para a plantação das roças, que antecedem as pastagens, mão-de-obra de nordestinos - os chamados "peões de trecho" - que tiveram como última procedência São Paulo e Paraná. Os outros grupos de migrantes eram constituídos por pequenos proprietários do próprio Mato Grosso do Sul, assim como os provenientes do Rio Grande do Sul e do Paraná, sendo os deste último Estado a maioria, todos atraídos pelas diversas colônias oficiais e particulares implantadas no Mato Grosso do Sul. Mais recentemente têm sido também estes dois Estados (Paraná e Rio Grande do Sul) que vêm contribuindo com o maior número de migrantes para os projetos de colonização particular do Mato Grosso.

Goiás experimentou um crescimento rural intenso, com a abertura das Rodovias Belém-Brasília e da Brasília-Acre. A ocupação da área ao longo das rodovias se deu através da expansão agrícola, tanto por grandes empresas agropecuárias estimuladas pelos incentivos fiscais, quanto por pequenos lavradores, através de colonização oficial, particular e espontânea. Esta última localizou-se no extremo norte goiano e foi de encontro aos

locamento da frente agrícola maranhense. A movimentação da fronteira do Sul e do Centro-Oeste foi analisada em diversas obras, entre as quais destacam-se Osório, 1978; FIBGE, 1979; e Velho, 1973.

O grande dinamismo demográfico demonstrado por Rondônia iniciou-se com a exploração da cassiterita e intensificou-se com o aumento de acessibilidade às terras do território, com a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) em fins dos anos 50, e seu posterior melhoramento em 1970. A instalação dos Projetos de Colonização do INCRA-Ouro Preto, Gy-Paraná, Sidney Girão, Burareiro, Paulo de Assis Ribeiro, Padre Adolfo Rohl e Marechal Dutra - e a abertura das novas rodovias gerou um fluxo populacional dos mais intensos já observados na história do País, tendo a população se multiplicado quase cinco vezes na década de 70. Rondônia, sem dúvida, é hoje o palco da mais importante expansão da fronteira agrícola brasileira.

Inicialmente, a maioria dos migrantes provinham da região Norte e Nordeste, mas com o passar do tempo foi crescendo a importância dos originários do Sudeste e do Centro-Sul (Martine, 1979 e 1980; FIBGE, 1980). Têm chegado ao território pequenos agricultores procedentes do Paraná, São Paulo, do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul, principalmente das áreas onde as lavouras de trigo, arroz e soja experimentaram intensa mecanização, ou onde a lavoura do café foi substituída pela soja. Hoje em dia muitos procedem de áreas de fronteira recente, não de regiões de agricultura tradicional e muitos estão familiarizados

com técnicas de produção modernas, pois ou já foram eles mesmos proprietários, ou são filhos de proprietários de regiões antigas.

Martine (1980) assinala que as migrações para o território começaram a assumir proporções significativas no período de 1970/74 e foram se acentuando a partir de 1974. Tiveram seu auge em 1976 e depois se desaceleraram em 1977 devido a uma campanha de desestímulo feita pelo próprio Governo nas estradas e nos lugares de origem. Acentuaram-se novamente logo após os dados de 1979 acusavam a maior movimentação já verificada até aquela data. Nos meses de junho, julho, agosto e setembro, época da seca, o ritmo da migração aumenta, uma vez que as vias de acesso são melhores neste período, que também coincide com a preparação da terra para o plantio.

Este território tem atraído um número crescente não só de migrantes, mas também de pesquisadores, entre os quais destacam-se Martine (1980), Calvente (1980), Pacheco (1980), NAEA (1981), Henriques (1981), CEDEPLAR (1979), Ribeiro (1981) e Secretaria de Agricultura de Rondônia (1980).

Conforme ficou visto pelos dados secundários no capítulo anterior, nos últimos anos a frente de Rondônia tem-se prolongado para Roraima e Aripuanã (Mato Grosso). O fluxo para Roraima percorre as rodovias Porto Velho-Manaus (BR-319) e Manaus-Rio Branco (BR-174) e o para Aripuanã chega tanto de Rondônia quanto do Sul, diretamente pela Cuiabá-Santarém (BR-163). Devido à novidade de ambas essas frentes, são poucos os estudos e não se formou ainda uma bibliografia a respeito.

O fato de que muitos migrantes sulistas possuem recursos próprios, provenientes das vendas das pequenas propriedades anteriores, e experiência agrícola estável nessas propriedades implica que o comportamento produtivo e reprodutivo do fluxo sulista deva ser bem diferente daquele que é típico da fronteira itinerante, descrito acima. O grau maior de incorporação à economia de mercado e a participação maior nas transações com instituições de intermediação comercial e financeira (e.g. cooperativas) provavelmente permitem um uso mais difundido de insumos produtivos comprados (e.g. equipamentos) e um conhecimento bem melhor de práticas agrícolas que impeçam ou retardem o esgotamento do lote. Conseqüentemente, o ciclo vicioso da itinerância e da subsistência deverá ser menos operante e as grandes famílias devem ser menos comuns entre os migrantes do Sul.

Todas essas suposições levam à hipótese de que o grau de fixação e de acumulação de capital seja mais alto na Amazônia ocidental do que na oriental. Caso essa hipótese seja confirmada pelos dados a serem levantados pela pesquisa de campo a ser executada na próxima fase deste projeto, será importante analisar em que medida o maior sucesso relativo do fluxo sulista seria devido aos recursos que ele traz de origem (conhecimento, equipamento, lastro financeiro) e em que medida esses recursos poderiam ser recriados na fronteira pelas próprias medidas de colonização, ministradas seletivamente segundo o grau de carência da clientela.

Por outro lado, o imenso volume do fluxo sulista gera uma série de questões fundamentais sobre a capacidade, a qualidade e a intensidade de atendimento que lhe deva ser proporcionado pela colonização oficial. Estas e outras questões sobre políticas de colonização são abordadas na próxima seção.

5 - A ADMINISTRAÇÃO DA FRONTEIRA

A experiência de colonização no País, iniciada com os projetos de migração estrangeira, privilegiava, até 1930, os estrangeiros na escolha dos integrantes dos projetos de colonização (Tavares et. ali., 1972). Em 1938, com a criação da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, começou-se a tomar consciência das tensões sociais no meio rural e da necessidade da sua redução através do alargamento da fronteira agrícola e do povoamento das regiões ainda desabitadas. Em 1964, com o Estatuto da Terra, a colonização pública e particular passou a ser considerada a melhor forma de promover o aproveitamento econômico das terras, através da pequena propriedade familiar ou do sistema cooperativo (Tavares, 1972).

Diversas foram as incursões de colonizadores na Amazônia ao longo deste século, vindo espontaneamente ou estimulados por organismos governamentais. As estruturas administrativas destas experiências de colonização variaram enormemente, indo desde o controle centralizado, de organismos oficiais até a simples empresa de loteamento de terras, sem oferta de serviços complementares. Dadas as descontinuidades e a falta de coordenação e comunicação entre todos estes programas de colonização,

a experiência adquirida por um nem sempre se transferiu para os demais, sendo que muitos projetos nem sequer chegaram a realizar-se (Dias, 1976; Goodman, 1978). As últimas décadas têm-se caracterizado por participação crescente do Governo Federal na implantação dos projetos, sendo que em 1970 foram centralizadas num único órgão, o INCRA, as tarefas de colonização e reforma a grária.

Ao final da década de 60 formulou-se, no antigo IBRA, predecessor do atual INCRA, a chamada "Metodologia para Programação Operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores", (INCRA, 1971) um programa de ação com o objetivo de realizar uma reforma social gradual através de um processo de criação de consciência comunitária e de distribuição mais eqüitativa da terra. Este projeto tinha como meta prioritária explícita na metodologia de implantação, a promoção social e econômica do parceleiro, arrendatário e dos trabalhadores rurais sem terra, integrando as diretrizes políticas do Estatuto da Terra com as experiências anteriores acumuladas no setor público. Predominou, entretanto, uma atitude de planejamento econômico a qual, segundo Dias (1976), desconsiderou as tendências do mercado, não só em torno dos projetos mas também na transformação da agricultura no restante do País. A falta de compreensão das forças econômicas que de fato criam possibilidades de acumulação de capital, e a falta de conhecimento dos mecanismos que atuam por trás dos ciclos viciosos da penúria e da itinerância do pequeno agricultor, explicariam o insucesso de vários destes projetos de colonização.

Com efeito, a crítica à forma como os projetos foram

implantados é praticamente unânime. Em seu trabalho, Dias (1976) define como sendo três os objetivos básicos da colonização oficial: (i) promoção sócio-econômica de amplos contingentes desfavorecidos do meio rural; (ii) rápida expansão da fronteira agrícola pela ocupação de terras virgens e (iii) aumento a curto prazo da produção agropecuária do País, e argumenta, então, que a evolução dos projetos criados demonstra incompatibilidade entre esses objetivos implícitos. A perseguição conjunta de tais objetivos só deixaria de ser conflitante se o modelo de colonização fosse capaz de romper os vícios da tecnologia tradicional do pequeno produtor e proporcionar-lhe perspectivas de acumulação produtiva.

Martine (1978) diz que o modelo de colonização adotado pelo INCRA, embora vise beneficiar o pequeno produtor, acaba sendo aplicável a apenas um estrato mais privilegiado e capitalizado de pequenos produtores, talvez por ser demasiado complexo, paternalista e caro para ser aplicado em grande escala e ao ritmo que se faz necessário. Dado que a colonização espontânea acaba sendo mais absorvedora de mão-de-obra do que a dirigida, torna-se urgente rever o modelo adotado e torná-lo mais ágil, barato e eficaz (ver também, a esse respeito, Bunker, 1980).

Velho (1972) afirma que: "Uma política de massas teria, necessariamente, de buscar realizar objetivos menos ambiciosos, porém em escala bem maior, sem fixar a priori a direção exata que o processo tomaria, mas contentando-se em garantir condições mínimas (como o auxílio na construção de estradas vicinais, crédito limitado para facilitar a simples manutenção do

lavrador até a primeira colheita, preços mínimos, assistência agrícola, à saúde e escolas, etc.). Sobretudo, seria preciso garantir efetivamente a posse da terra" (p. 156).

Tais críticas ao modelo de colonização adotado pelo INCRA surgem de observações feitas tanto na frente oriental, quanto na frente ocidental de penetração da Amazônia, onde as perspectivas de sucesso na absorção dos fluxos migratórios eram, pelo menos no início dos anos 70, radicalmente diferentes.

5.1 - Amazônia Oriental

Na frente oriental, por exemplo, a aceleração do processo de fechamento da fronteira por fora e por dentro, descrito na Seção 2, acima, imprensou o fluxo migratório nos interstícios dos grandes empreendimentos, privados e públicos, nacionais e estrangeiros. Ao longo da década passada, a intensificação do conflito pela terra atingiu dimensões tais que extravasou a capacidade de manejo pelo INCRA, passando-se toda a área, em 1980, para o controle direto do Conselho de Segurança Nacional, com a criação do Grupo Executivo de Trabalho do Araguaia e Tocantins (GETAT). A política deste órgão consiste em aplicar critérios rígidos de delimitação das áreas reivindicadas pelos grandes empreendimentos e apressar ao máximo a regularização, na terra restante, dos pequenos posseiros que lá já se encontram. Tal orientação visa resolver um problema fundiário já existente, numa área já totalmente apropriada por diversas camadas históricas de jurisdição conflitante a nível estadual e fe-

deral. No entanto, a redistribuição de terras hoje administradas e impostas à região contraria pressões exercidas pelas estruturas de poder político e econômico já instaladas. É previsível que a reconcentração ocorrerá assim que o GETAT "emancipar"⁶ a área de sua tutela, recrudescendo a violência social em seguida.

Resta saber qual a destinação que será dada para a área de expansão natural da frente de penetração oriental da Amazônia: os vales dos rios Xingu e Tapajós. Até agora, o atraso na abertura de estradas para estas imensas áreas preservaram-nas da pressão demográfica provinda da frente oriental e reservaram-nas, pelo que indicam os dados dos censos agropecuários de 1970 e 1975 e dos cadastros de imóveis de 1972 e 1978,⁷ para os grandes empreendimentos agropecuários. Tal impedimento, no entanto, não pode ser duradouro, já havendo indícios, inclusive, de uma grande intensificação da chegada de migrantes para São Félix do Xingu (Sawyer, 1981). Evitar um caos consumado, como aquele que já existe na área do Araguaia, exigirá do GETAT um esforço propriamente colonizador, que ele não parece propenso a assumir. Como viabilizar a colonização com o tipo de fluxo migrante que já se localiza nesta área contra as pressões dos grandes interesses que também já se localizam nesta mesma área é um grande desafio político e administrativo para a fase atual de atuação emergencial do GETAT.

⁶Chama-se de "emancipação" o fim da tutela da instituição colonizadora e a passagem de colônia à administração municipal, estadual e federal.

⁷Ver o Capítulo 2 do Relatório de Andamento, especialmente Seção 2.2.3.1.

5.2 - Amazônia Ocidental

Em Rondônia reuniam-se as melhores condições de absorção dos fluxos migratórios em grandes quantidades. Livres, pelo menos inicialmente, de problemas fundiários, com grande disponibilidade de terras férteis, atraindo colonos que, na maioria, possuíam um nível de experiência e capitalização altamente favoráveis, Rondônia teria tudo para se tornar, a curto prazo, num absorvedor significativo de mão-de-obra rural como, de fato, tem acontecido. Porém, como ressalta Martine (1979), a complexidade do modelo de colonização adotado, conjuntamente com a inoperância das demais agências governamentais, federais e locais, face ao dinamismo inesperado da demanda e a falta de apoio político, tem gerado problemas muito sérios para o Território e para a população migrante. Tal fragilidade institucional tem facilitado a ação dos "grileiros",⁸ os quais, por sua vez, têm contribuído para o aguçamento dos problemas da área.

Com a intensificação do fluxo, o número de migrantes sem acesso aos lotes tem-se multiplicado. Em muitos dos projetos do INCRA no Território, existem, de fato, três a quatro famílias num mesmo lote. Tais famílias encontram sustento na limpeza da mata, no preparo da terra e no plantio da propriedade dos colonos estabelecidos, os quais utilizam pessoal extra para tais tarefas na fase inicial de implantação, e muitas vezes em-

⁸ São chamados "grileiros" aqueles que se apoderam ilegalmente de terras com base em documentos falsificados "comidos pelos grilos", em pontos estratégicos referentes a datas e demarcações.

pregam parceiros ou mesmo mão-de-obra assalariada para ajudá-los. Dado o insucesso dos primeiros pioneiros, foi freqüente a troca, venda ou tomada de lotes dentro dos próprios projetos de colonização, como em Ouro Preto, onde 14% dos lotes existentes já foram transferidos a novos proprietários (Martine, 1980).

Em suma, em Rondônia a demanda por terras superou em muito a capacidade do INCRA de proporcioná-las. Este "excesso de demanda" gerou não só um processo de valorização crescente da terra, mas também fortes desequilíbrios sociais na própria fronteira, desencadeando conflitos de vários níveis. Martine (1980), numa análise recente da colonização no Território, afirma que há tendência marcante à concentração da propriedade da terra, recriando-se as relações de produção das áreas de origem dos migrantes; apesar do processo de expansão da fronteira ser muito recente, os latifúndios já controlam a grande maioria das terras. Ele argumenta, ainda, que o asfaltamento da BR-364 terá um duplo efeito: por um lado, facilitará o escoamento da produção, mas por outro possibilitará uma penetração mais rápida de grande produção e, conseqüentemente, um aumento abrupto do preço da terra e maior dificuldade de retenção dos colonos nos projetos.

A expansão da frente oriental de penetração para Roraima, ao norte, e Aripuanã, a leste, abre um dilema sério para a política de colonização. Evitar as seqüelas de Rondônia é um grande desafio para o INCRA já acostumado a 10 anos de atividades estabelecidas e que terá que explorar uma série de alternativas de modelos, buscando uma adequação melhor às especificidades das suas clientelas.

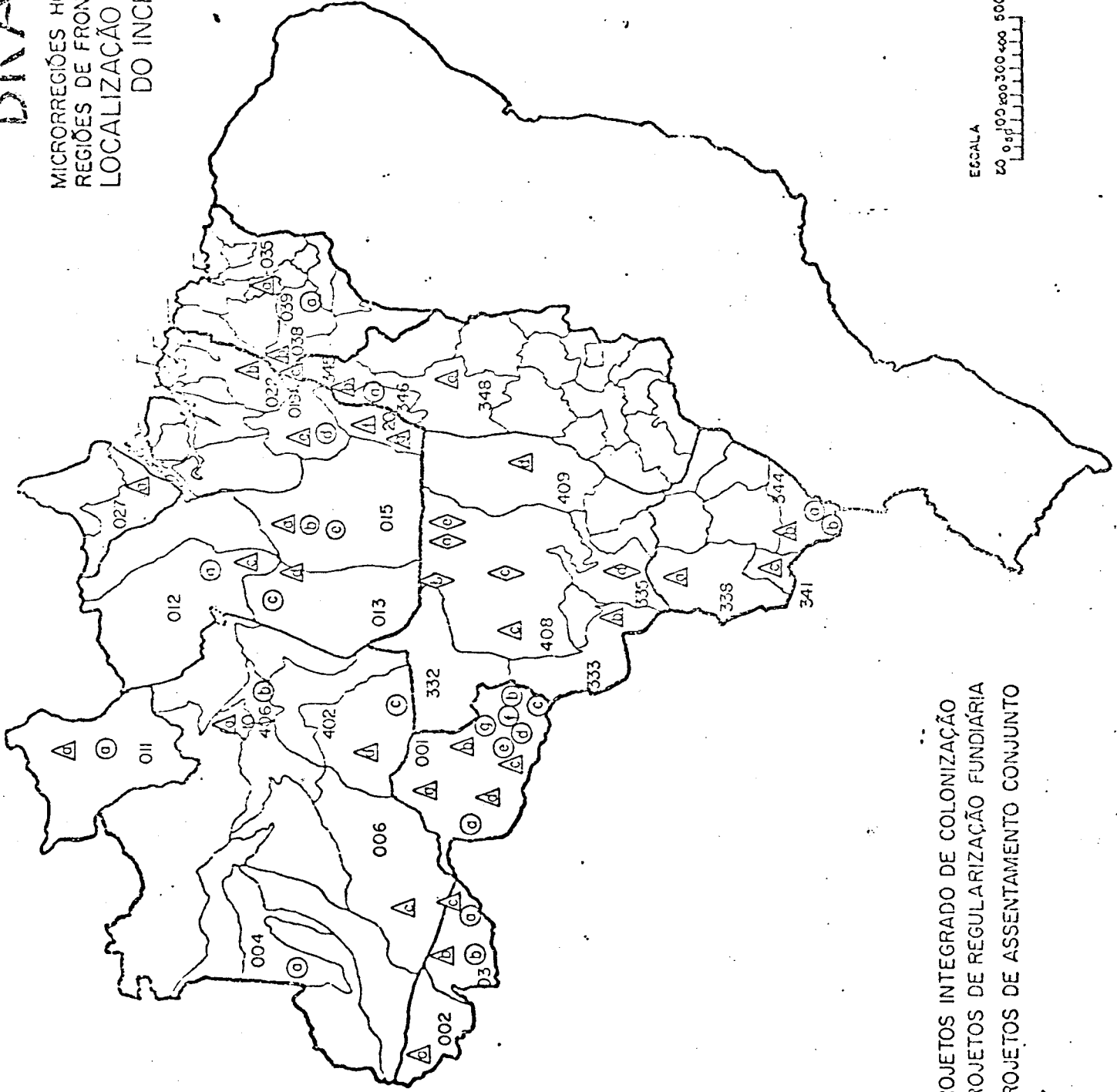
5.3 - Mato Grosso

Um desses modelos alternativos, que vem ganhando expressão crescente desde o final dos anos 70, é a colonização particular, a qual hoje em dia se encontra muito concentrada geograficamente. Com efeito, os Mapas 1, 2 e 3 mostram que a colonização oficial se dispersa pelas vias de penetração rodoviária e fluvial da Amazônia, enquanto que a colonização particular está quase toda reunida em Mato Grosso.⁹ Tamanha especialização geográfica e institucional sugere alguma especificidade do fluxo migrante para essa região, especificidade esta ainda não identificada pela literatura ou pelos estudos de caso efetuados na Amazônia. O Mapa 4 evidencia total ausência de estudos de caso conhecidos nesta região havendo, em consequência, pouco conhecimento a respeito da colonização particular que ali impera. Informações iniciais provenientes de rápidas visitas à área indicam tratar-se de um fluxo muito recente predominantemente gaúcho e paranaense, com experiência anterior de propriedade de terra, e portanto, com os recursos provenientes da venda da mesma. A evidência desta terceira frente de penetração da pequena produção agrícola na Amazônia, não prevista pelos dados já defasados dos censos agropecuários e do cadastro do INCRA, examinados no capítulo anterior, implica que o processo de ocupação da Amazônia seja bem mais complexo do que se esperava inicialmente.

⁹Os mapas referidos nesta página são baseados nas informações constantes dos Anexos VI, VII e VIII apresentados ao final do Relatório de Andamento. Por falta de espaço, os Anexos IV e VII, referentes aos projetos de colonização, foram omitidos, mas a lista dos estudos de caso sobre a Amazônia, que antes constituía o Anexo VIII, é apresentada na Seção 9 deste texto, junto com a bibliografia.

BRASIL

MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS NAS
REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA
LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS
DO INCRA



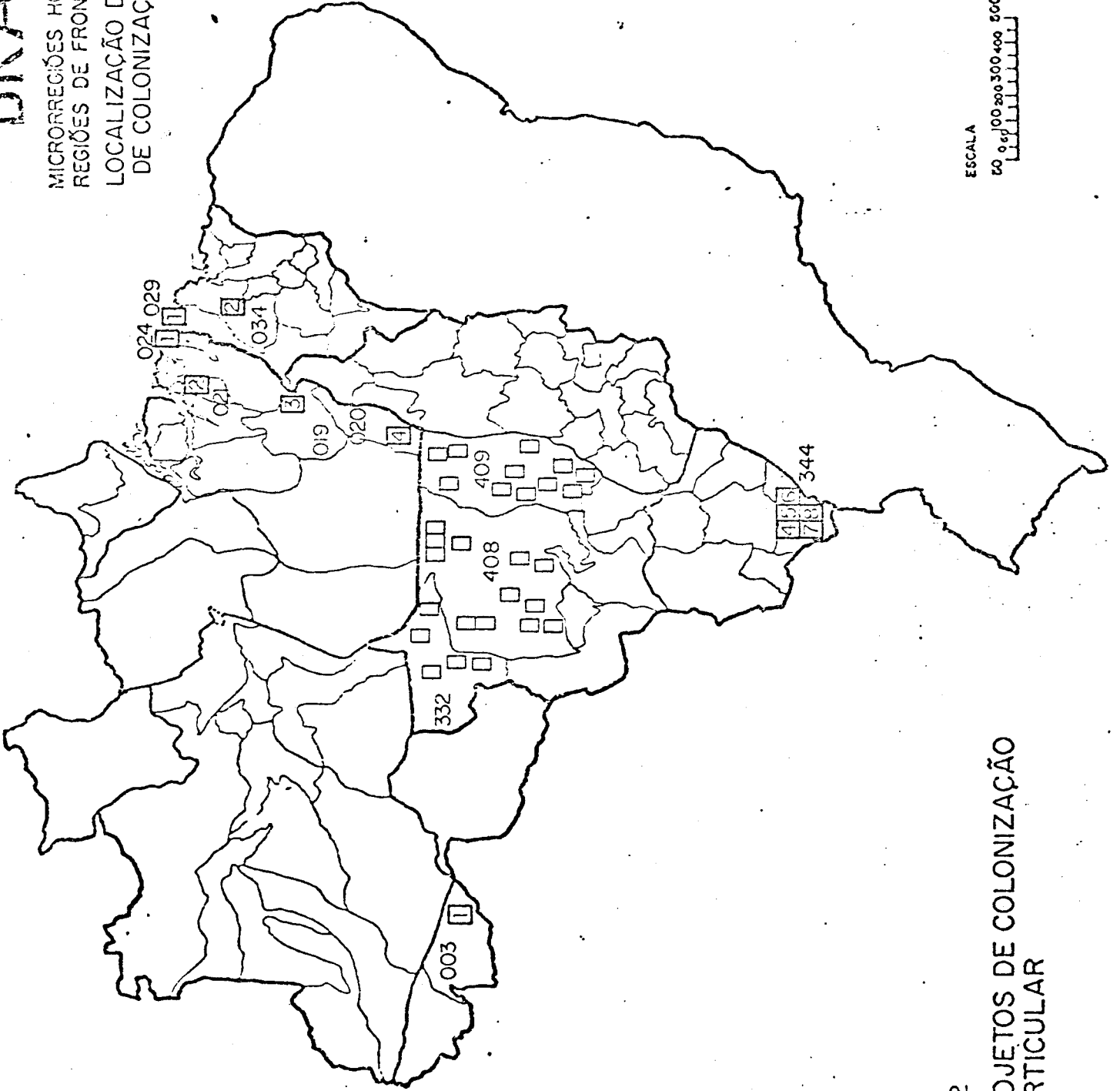
ESCALA
20 0 50 100 200 300 400 500

Mapa I

- - PIC - PROJETOS INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO
- △ - PF - PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
- ◇ - PAC - PROJETOS DE ASSENTAMENTO CONJUNTO

BRASIL

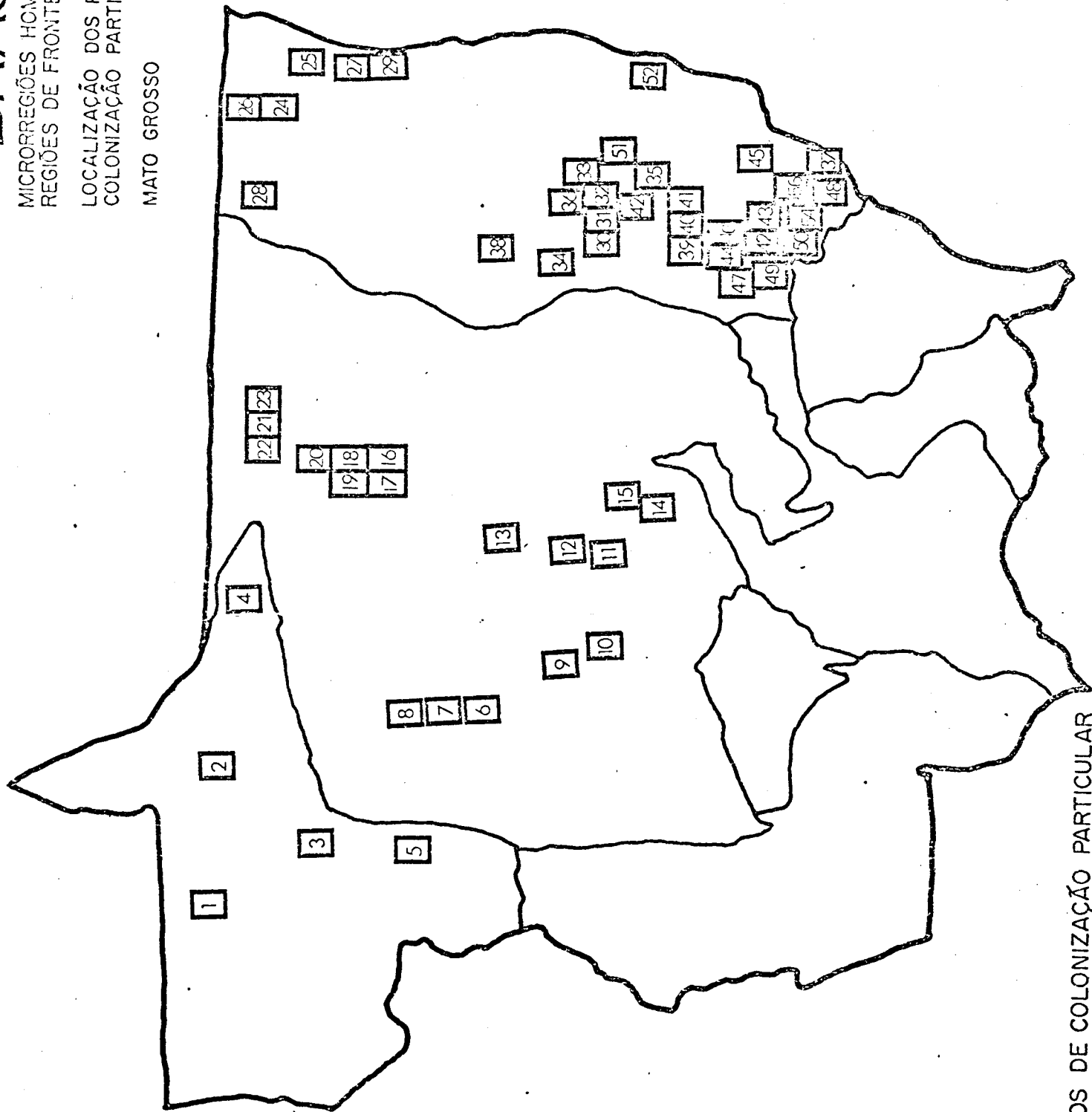
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NAS
REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA
LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS
DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR



Mapa 2

□ - PROJETOS DE COLONIZAÇÃO
PARTICULAR

ESCALA
20 0 50 100 200 300 400 500

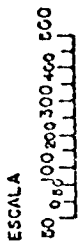
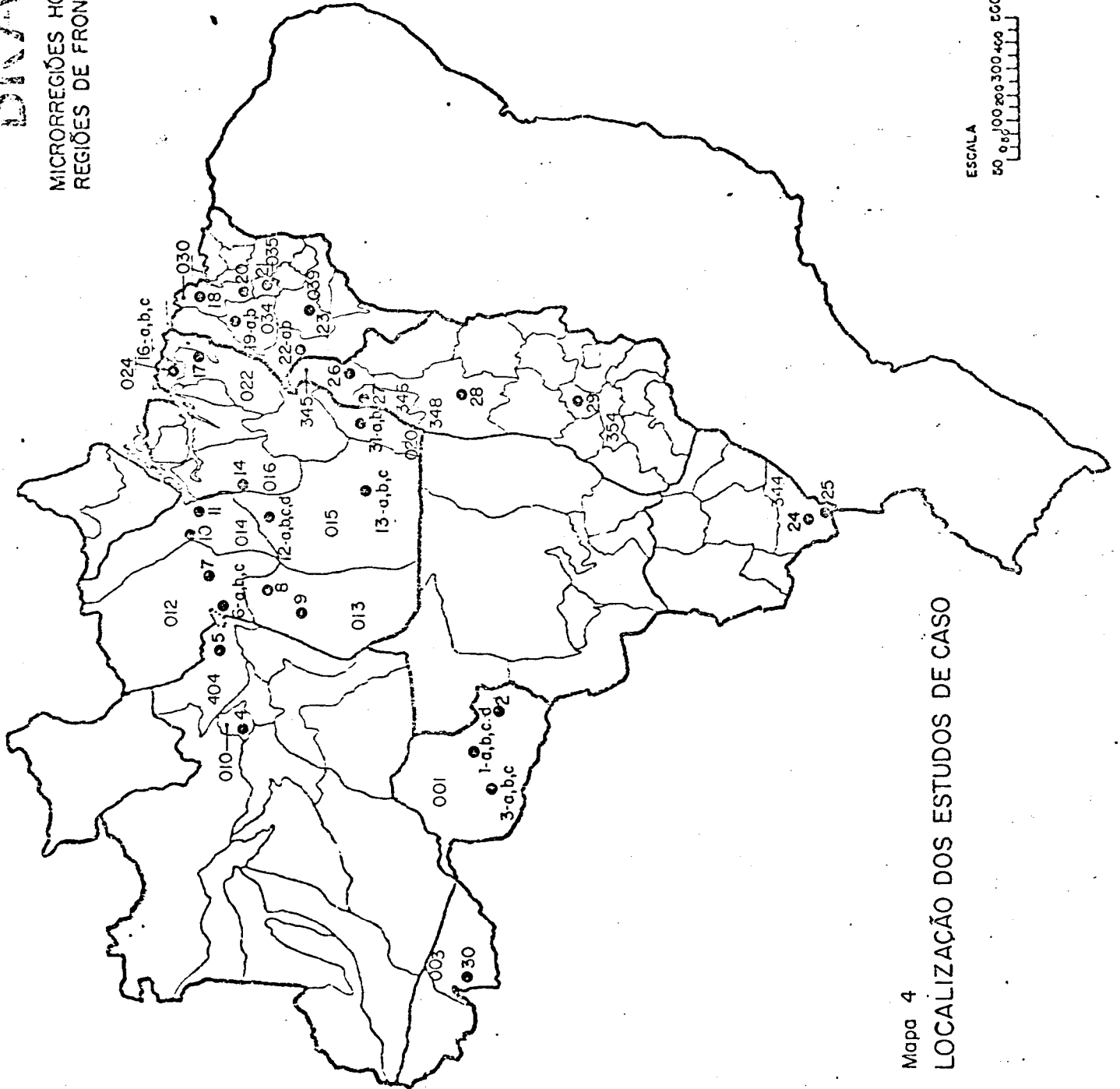


Mapa 3

□ - PROJETOS DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NAS
REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA



Mapa 4
LOCALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO

Segundo a pouca informação disponível, os primeiros projetos de colonização no Centro-Oeste foram implantados em 1912, mas a maioria foi criada depois de 1940, sendo que 20 projetos tiveram início entre 1951/53. Muitos, contudo, não conseguiram satisfazer os critérios estabelecidos pelos órgãos de supervisão estadual e foram abandonados, deixando uma herança de disputas de títulos em suas áreas. Em 1971, com o advento do PROTERRA, ressurgiu o interesse pela colonização particular que passou a contar, então, com as facilidades proporcionadas pelo crédito fundiário. Atualmente, os projetos de colonização particular em Mato Grosso chegam a 54 e, no Mato Grosso do Sul, a 8.

Goodman (1978) menciona a existência de 40 esquemas diferentes de colonização particular, os quais incorporavam menos de 2% das terras do Mato Grosso. A política de colonização do Governo estadual tem-se desenvolvido sobretudo como uma resposta às disputas pela posse da terra e não é por coincidência que a seqüência temporal e de localização dos projetos siga o fluxo dos migrantes para Norte. Como a política concentrou-se em dar títulos de posse e negligenciou a provisão de infraestrutura, hoje grande parte do Estado do Mato Grosso está titulado, mas poucas são as áreas exploradas.

A colonização privada possibilita intercalar unidades modulares com pequenas e médias propriedades e estimula a instalação espontânea na região de um setor de serviços, o que tem grande efeito multiplicador do investimento. Mas, como assinala Dias (1976), na colonização privada os ganhos de capital concentram-se nas mãos da empresa de colonização, que vende a terra aos colonos por preço bem superior àquele cobrado pela coloniza

ção pública, que transfere estes ganhos aos colonos. Conseqüentemente, a colonização particular barra a entrada do fluxo migratório mais desprovido de recursos, implicando, portanto, uma clara opção por aqueles migrantes que vêm com mais capital e podem pagar o preço cobrado pela terra.

Um dos problemas mais sérios da colonização particular apontado por Goodman (1978), é a falta de sanções legais efetivas, apesar das vistorias aos projetos feitas regularmente pelo INCRA e da possibilidade que este tem de cassar a concessão da carta da colonizadora. Mesmo a cláusula contratual que lhe assegura reaver a área, se num determinado período de tempo não se realizar o projeto, tem implicações jurídicas ainda não solucionadas. Mais importante é o fato de que a empresa só esteja obrigada por lei a colonizar 20% da área que recebe, o que sanciona a apropriação de grandes áreas para fins especulativos ou para a produção extensiva. Mesmo que, na prática, a proporção colonizada tenha superado bastante a obrigação legal, continuam restritas as possibilidades de absorção de migrantes na fronteira.

Goodman (1978), chega a sugerir que a venda de terras públicas em esquemas de colonização privada pretendeu estabelecer uma estrutura concentrada de posse da terra o mais rapidamente possível, a fim de desviar os migrantes rurais do Mato Grosso para outros pontos. Ianni (1979), por outro lado, lembra que a colonização particular na Amazônia atraiu deliberadamente minifundistas do Sul, incentivando-os a venderem seus lotes e portanto, contribuindo para a concentração da propriedade da terra nas regiões de origem. Este movimento para o Norte, por sua vez,

acresceu o capital das empresas ou cooperativas de colonização da fronteira, as quais se beneficiaram com a aglutinação dos recursos antes pulverizados de grandes números-ex-pequenos proprietários.

A pujança relativa de colonização particular e o impasse da colonização oficial parecem ter levado o INCRA a estimular a cooperativização nos seus projetos e, mais recentemente, a iniciar a implantação de Projetos de Assentamento Conjunto, associando-se a cooperativas para fins de colonização. Tais esforços, porém, estão fadados ao destino excludente da cooperativização em geral, cujo sucesso depende, em grande medida, da seleção de uma clientela mais favorecida. Isto porque o custo operacional de tal empreendimento cresce diretamente com o número de transações e inversamente com o tamanho de cada uma. Quanto mais recursos tiverem os agricultores da cooperativa menor o custo administrativo e, portanto, o custo total, e maior a rentabilidade para um dado volume de movimento. Inversamente, quanto menos recurso tiver cada associado, maior o custo total e menor a rentabilidade da cooperativa. Aliados aos conhecidos problemas de coordenação, confiança e idoneidade, são grandes as dificuldades de viabilizar o modelo cooperativo para os fluxos mais despossuídos sobretudo na fase inicial de implantação no lote (Dias, 1976). Porém, com a fixação e a acumulação produtiva nada impede em princípio, que estes mesmos agricultores obtenham sucesso numa organização cooperativista. Este, porém, ainda é um tópico pouco estudado e que merecerá aprofundamento na pesquisa de campo a ser executada na fase subsequente deste projeto.

6 - ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES BASEADAS NA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A FRONTEIRA AGRÍCOLA

Em resumo, a colonização oficial depara-se, na frente oriental, com a penúria e a itinerância do fluxo migratório, a demandar toda uma série de medidas compensatórias para viabilizar a pequena propriedade agrícola; na frente ocidental, enfrenta um fluxo muito superior aos seus recursos, mesmo que minimize as medidas associadas à tarefa colonizadora. A solução adotada pelo GETAT, no Pará, de retalhar a terra entre os que já estão nela, contém o perigo de agravar no futuro o conflito social latente. A solução adotada no Mato Grosso, de proporcionar as terras para as empresas colonizadoras, impede que a população mais carente ganhe qualquer acesso às mesmas.

Entre esses extremos, há ainda a proposta de Dias, no sentido de que se promova um período intermediário de experimentação com um grande número de modelos alternativos de colonização, numa ampla variedade de áreas geográficas, cada uma com um número reduzido de parceleiros. O objetivo de tal experimento seria facilitar a descoberta de terras de elevada fertilidade, que gerem novas fronteiras espontâneas e intercalar, dentro dos grandes projetos particulares de ocupação, novas áreas e projetos de colonização oficial. Sugere ainda que se estabeleça uma estrutura mais flexível dentro dos próprios projetos de colonização, baseada na diferença de recursos possuídos pelos migrantes e formando um esquema de transferência de renda inversamente proporcional ao tamanho do lote.

Tal diferenciação de atendimento pelo nível de carência do colono implicaria uma adaptação da política de colonização à diferenciação existente de fato nas condições iniciais da clientela para a colonização. Os objetivos de promoção social e de aumento da produção agrícola poderiam ser então atingidos conjuntamente, na medida em que a redução das desigualdades de origem viesse a permitir que os fluxos mais carentes superassem o ciclo vicioso da itinerância e da subsistência. Caso contrário, a migração para a Amazônia fará dos migrantes menos favorecidos os peões e os "bóias frias" dos demais, transformando os desequilíbrios regionais do País nas desigualdades sociais da fronteira.

É importante frisar, mais uma vez, que a literatura sobre a Amazônia não indica que o conflito pelas terras se trave apenas, nem principalmente, entre os diferentes fluxos migratórios de distintas procedências. Ao contrário, todos os autores citados são unânimes em situar esse conflito na concorrência entre agricultores grandes e pequenos. Portanto, o dilema que se coloca para um órgão colonizador como o INCRA reside em dois níveis: primeiro como assegurar espaço suficiente na Amazônia para a colonização, em contraposição aos usos que outros interesses desejariam fazer na região; segundo, como assegurar que esse espaço seja acessível a todos os migrantes sem terra, inclusive os mais miseráveis e mais necessitados.

7 - RESUMO DAS PROPOSIÇÕES EMPÍRICAS SOBRE OS PERFIS DE RENDA E A REALIMENTAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA FRONTEIRA

As evidências colhidas nos dados secundários e os ar-

gumentos desenvolvidos a partir da bibliografia sobre a fronteira amazônica são conjugados na presente seção visando formar duas proposições básicas sobre a penetração da pequena produção agrícola na Amazônia.

Em primeiro lugar, propõe-se que o grau de fixação, as possibilidades de acumulação e, conseqüentemente, o perfil de renda do pequeno agricultor ao longo da sua vida ativa na fronteira seja determinado, em grande parte, pela dotação de recursos (financeiro, equipamento, conhecimento) que ele traz de origem.¹⁰ O agricultor que venha de uma condição de itinerância traria uma baixa dotação de recursos e tenderia a aprisionar-se novamente ao mesmo ciclo vicioso da itinerância, resultando daí um perfil temporal de renda baixa e uniforme ao longo do ciclo de vida da unidade familiar. Já o que venha de uma condição de proprietário traria uma dotação de recursos superior à do itinerante e teria maiores chances do que o outro de não cair no ciclo vicioso da itinerância, resultando numa maior fixação à terra e num perfil temporal de renda que se elevaria ao longo do ciclo de vida da unidade familiar. Se os ex-proprietários formarem uma proporção maior do fluxo sulista do que dos demais fluxos, e se eles se concentrarem na Amazônia ocidental, como se supõe, o perfil de renda dos agricultores desta frente tenderá a elevar-se mais com o tempo e a sua fixação efetiva à terra será maior do que no caso das outras frentes de penetração da pequena produção agrícola na fronteira. Estas proposições impli-

¹⁰A palavra "origem" é sempre usada, nesta pesquisa, no sentido de "procedência". Isto é, se um agricultor nordestino tornar-se pequeno proprietário no Paraná e depois migrar para Rondônia, considera-se que ele faz parte do fluxo "sulista" para este Território Federal.

cam que a variável de análise seja o ciclo de vida completo de uma unidade familiar e não o momento específico em que se encontre uma unidade de observação, gerando exigências metodológicas que serão discutidas na próxima seção.

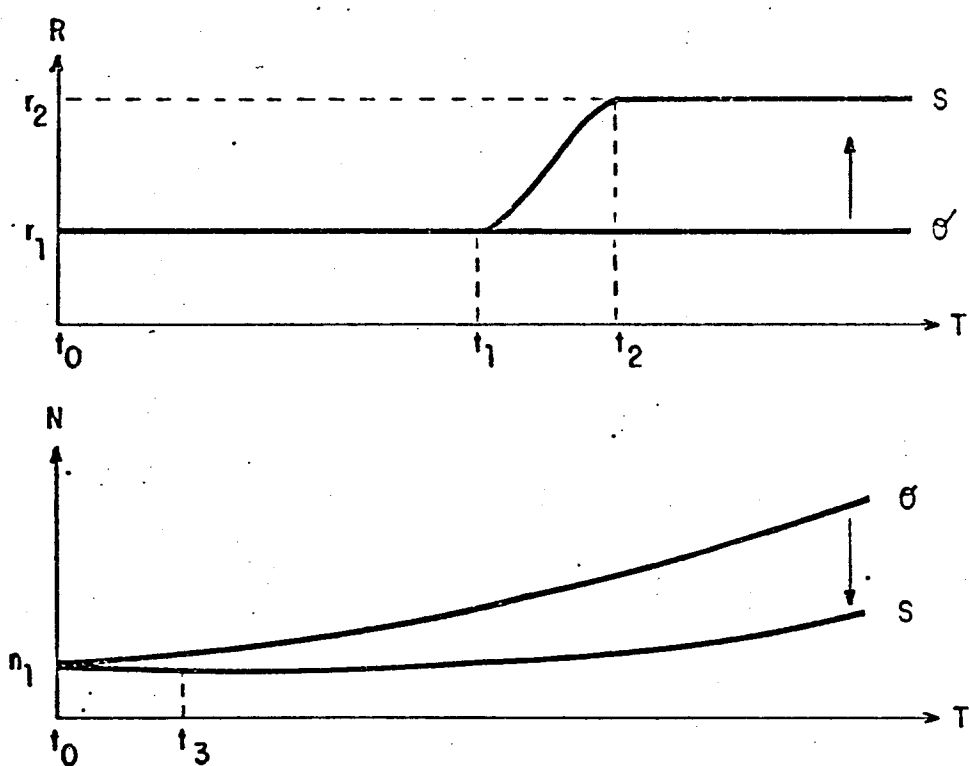
Em segundo lugar, propõe-se que a dotação de recursos trazidos pelos fluxos mais carentes possa ser de alguma forma a crescida na própria fronteira, de maneira a aproximar seu perfil de renda e sua taxa de fixação àquelas dos fluxos mais dotos. Essa injeção compensatória de recursos não teria que ser permanente, mas poderia ocorrer apenas durante a fase inicial da implantação da unidade de produção na fronteira. Nas fases subseqüentes não precisaria haver tanta diferenciação quanto às medidas de apoio oficial à colonização. Estas proposições forçam o universo de análise a incluir não só a unidade microeconômica do pequeno agricultor, mas também todas as transações (de mercado e fora de mercado) que possam veicular transferências de renda e recursos entre agricultores e a economia circundante. Essas transações geram, por sua vez, exigências metodológicas adicionais, que também serão discutidas na próxima seção.

Estas duas proposições básicas podem ser simplificadas e apresentadas esquematicamente por meio de um diagrama, conforme se vê na parte superior do Gráfico 1.

Na parte superior do gráfico vê-se que, durante os primeiros anos na fronteira, desde a data da chegada em t_0 até atingir t_1 , haveria pouca diferença, quanto aos perfis de renda, entre os dois tipos de migrantes: os sulistas estariam investindo os recursos trazidos por eles mesmos para a fronteira (equipa-mento, conhecimento, recursos financeiros) na formação de cultu

Gráfico 1

SULISTAS E OUTROS MIGRANTES: PERFIS DE RENDA E REPRODUÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA



R = renda familiar
 N = número de famílias
 T = tempo
 S = migrantes sulistas
 O = outros migrantes

ras permanentes e benfeitorias e vivendo das culturas de subsistência, ao nível r_1 ; os outros migrantes, por não terem recursos para investimento, viveriam também das culturas de subsistência obtidas, neste caso, apenas do trabalho familiar.

A partir do ano t_1 , os dois perfis se distanciariam um do outro. Os investimentos dos sulistas começariam a fluir e a gerar um fluxo de renda crescente, sendo que uma parte desta renda se tornaria disponível para ser apropriada pela unidade familiar. A partir do ano t_2 seriam atingidas as limitações impostas pelo tamanho do lote e pela tecnologia disponível e a renda se nivelaria ao nível r_2 . A trajetória subsequente dos sulistas fica em aberto e será pesquisada no decorrer do trabalho de campo, podendo incluir alternativas tais como: estagnação ao nível r_2 , expansão da área de terra, intensificação tecnológica ou outras opções, até, conforme o caso, não-agrícolas.

Quanto aos outros migrantes, o primarismo técnico os levaria a esgotar o lote - num prazo que poderá ou não coincidir com t_1 - e provocaria um deslocamento da unidade familiar para outra área - próxima ou distante do lote inicial. Dada a falta de acumulação no primeiro lote, as condições de chegada ao novo lote seriam idênticas às de t_0 e o nível de renda se manteria ao nível r_1 . A trajetória subsequente desses migrantes também fica em aberto para ser pesquisada no decorrer do trabalho de campo, podendo incluir a itinerância agrícola, o trabalho assalariado temporário (out-hiring) ou permanente, ou opções não agrícolas.

A diferenciação ao longo do tempo, entre os sulistas e os outros migrantes, no entanto, não se daria apenas ao nível

dos perfis de renda, mas também da realimentação do fluxo migratório na própria fronteira agrícola. O uso intensivo e exclusivo da força de trabalho familiar poderá ser um incentivo para que a família dos outros migrantes seja bem maior do que a dos sulistas, razão porque a nova geração provida dos primeiros também será bem maior do que a nova geração oriunda destes últimos. Nomeada em que os filhos destes migrantes se tornem também agricultores, fica estabelecido um processo de ampliação contínua da demanda de terras pelos filhos e netos dos outros migrantes na fronteira.

Esse processo está ilustrado, esquematicamente, na parte inferior do Gráfico 1. A partir do número de migrantes, $-n_1$ - que chegam a um local de fronteira na data t_0 , o número de novas famílias que serão formadas ao longo do tempo na própria fronteira depende do estágio de formação das unidades familiares ao chegarem (jovens, maduras ou velhas), das taxas de fecundidade e mortalidade, das idades dos filhos ao casar e/ou sair de casa (êxodo) e a da taxa de evasão para atividades outras que não a agricultura familiar. Os períodos de tempo em que atuam estas taxas não coincidem com aquelas que determinam a fixação e a acumulação produtiva da unidade agrícola; por isso mesmo, t_1 e t_2 não têm nenhum significado específico na parte inferior do Gráfico 1. Por falta de suposições concretas a respeito de quando esses fenômenos, de natureza demográfica, social, cultural e econômica, se fazem sentir, a bifurcação, t_3 , na parte inferior do gráfico poderia ter sido situada bem à esquerda ou bem à direita do local escolhido. Propõe-se apenas que essas taxas sejam sensíveis à influência, mesmo parcial, dos mesmos elementos que

determinam os perfis de renda na parte superior do gráfico. Conseqüentemente, haveria uma contribuição crescente dos outros migrantes, ao longo do tempo, na realimentação da demanda da agricultura familiar pelas terras da fronteira.

Esta é a primeira proposição empírica desta pesquisa. A segunda é que há um papel para a política de colonização no sentido de reduzir os diferenciais de renda (seta superior) e frear o processo de realimentação migratória (seta inferior). Tal política consistiria em fornecer aos outros migrantes aqueles elementos essenciais que já estariam atuando, com recursos próprios, no fluxo sulista, ao menos no período inicial de implantação da agricultura de fronteira: de t_0 a t_1 . Desta forma, a colonização estaria proporcionando os meios de se atingir alguma fixação efetiva e alguma melhoria real no nível de renda de uma das camadas maiores e mais pobres da população brasileira.

A validade desta segunda proposição, e a eficácia de sua implementação, dependem, evidentemente, da validade da análise contida na primeira, a qual será desenvolvida ao longo da pesquisa por meio dos quatro subprojetos interligados que a compõem:

Um subprojeto investiga quais os perfis de renda efetivamente esperados pelos agricultores na fronteira, antes e depois de migrar, e qual o papel dessas expectativas e aspirações, bem como de outras motivações e percepções do próprio migrante, em condicionar o seu comportamento nos diferentes ambientes econômicos e institucionais da fronteira (Subprojeto 4).

Um subprojeto analisa o ciclo de vida desde a formação, expansão e desagregação da unidade familiar, e verifica como os fatores biológicos e demográficos, a saúde e a instrução condicionam conjuntamente o comportamento do pequeno agricultor, nos diferentes ambientes econômicos e institucionais de fronteira (Subprojeto 3).

Um subprojeto investiga como as dotações iniciais de recursos do pequeno agricultor e suas condições de acesso aos recursos externos existentes nos diferentes ambientes econômicos e institucionais da fronteira determinam o perfil de renda da unidade familiar ao longo do seu ciclo de vida, dados os parâmetros sociais, culturais, biológicos e demográficos analisados nos Subprojetos 3 e 4 (Subprojeto 1).

Um subprojeto, finalmente, investiga os órgãos governamentais e demais instituições que compõem os ambientes econômicos e institucionais da fronteira e analisa as alternativas de atuação capazes de influenciar o comportamento econômico e, conseqüentemente, o perfil de renda do pequeno agricultor (Subprojeto 2).

Cada um dos quatro subprojetos compara os diferentes fluxos que hoje ocorrem à Amazônia e procura determinar diferenças de aspirações e motivações (Subprojeto 4), saúde, instrução (Subprojeto 3), educação, trabalho familiar, conhecimento técnico, nível de manejo, recursos financeiros (Subprojeto 1), acesso ao sistema econômico circundante (Subprojeto 2), etc. Há, no entanto, bastante sobreposição desses temas entre os subprojetos, se bem que as óticas e as metodologias empregadas sejam bastante diferenciadas. Além de contribuir para formar a visão de

conjunto do projeto geral, cada subprojeto constitui também um todo independente e desenvolve linhas de investigação próprias, apresentadas nas propostas de pesquisas individuais.

Esse conjunto de investigações simultâneas determina a necessidade de uma pesquisa de campo capaz de abranger geograficamente os principais tipos de fluxos migratórios e as principais formas de administração da fronteira. Ao mesmo tempo, devem ser elaborados instrumentos de coleta capazes de captar o impacto destes diferentes ambientes institucionais sobre a economia do pequeno produtor agrícola, assim como de registrar as divergências significativas de comportamento entre os tipos de migrantes identificados. As duas próximas seções apresentam o estágio atual de andamento dos trabalhos relativos à elaboração da amostra e à formulação dos instrumentos de coleta de informações.

8 - SELEÇÃO DOS LOCAIS DE LEVANTAMENTO DE CAMPO

As exigências dos diversos subprojetos sobre a pesquisa de campo impõem a elaboração de uma amostragem abrangente quanto aos principais tipos de penetração da pequena produção agrícola na fronteira. Simplificando-se a realidade complexa que caracteriza a Amazônia atualmente, e tomando-se como base os elementos colhidos nos Capítulos 2 e 3, propõe-se o seguinte esquema de classificação das fronteiras de pequenos produtores, segundo a origem do fluxo e o tipo de colonização:

ORIGEM DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

TIPOS DE COLONIZAÇÃO	SULISTAS	OUTROS
Oficial	a	b
Particular	c	d
Espontânea	e	e

A divisão dos fluxos em apenas dois tipos - "sulistas" e "outros" - deve-se à falta de informação bibliográfica sobre os fluxos oriundos do Centro-Oeste e da região Norte. Dado que muitos desses migrantes vêm de antigas fronteiras, presume-se que não se tenham tornado proprietários e que integrem o grupo "itinerante", assemelhando-se nesse sentido ao fluxo nordestino. Essa suposição poderá ser testada com os dados levantados pela pesquisa de campo. A divisão dos tipos de colonização em "oficial", "particular" e "espontânea" deve-se às características predominantes das fronteiras nas três grandes regiões geográficas já identificadas anteriormente pelos dados secundários. Observe-se, contudo, que, dada a concentração da pesquisa na atuação do INCRA, não serão pesquisadas as colonizadoras estaduais na categoria "oficial". Em seguida serão apresentados os locais de pesquisa de campo eleitos para representar cada uma das seis situações básicas, e os critérios adicionais empregados na seleção.

8.1 - Colonização Oficial

a) Sulistas

Se bem que haja sulistas em todos os projetos do INCRA e também na colonização oficial de diversos Estados, a grande concentração deste tipo de fronteira vem sendo, indubitavelmente, Rondônia. No entanto, dado o número de estudos de caso já efetuados, e os em andamento naquele Território, optou-se pela captação do fluxo sulista em outra zona de colonização oficial, elegendo-se para tal o projeto de Pacal, do INCRA, na Transamazônica. Esse projeto, criado em 1973 em função da Usina Abraham Lincoln, encontra-se atualmente emancipado. Localizado nas melhores terras da área do Projeto Altamira, O Pacal agrupa provavelmente os colonos que obtiveram maior êxito econômico na faixa da Transamazônica. Tanto no que diz respeito aos tipos de sulistas quanto aos tipos de solos, é um projeto que se assemelha, portanto, àqueles encontrados em Rondônia.

b) Outros Migrantes

A colonização oficial com predominância de outros migrantes prevaleceu em toda a Amazônia no início da década de 70 e em diversos projetos de colonização estadual, além de ter sido relevante no início da colonização de Rondônia. Sua importância, contudo, tem cedido lugar ao grande avanço de fluxo sulista nos últimos anos. Para representá-los foi escolhida a gleba de Anapu, na Transamazônica, que faz parte do Projeto Altamira, do INCRA. Ali houve recentemente uma intensificação do trabalho de demarcação, titulação e construção de infra-estrutura viária, buscando solução para os conflitos existentes na área.

Como em toda a área do Projeto Altamira, existe aí uma migração relativamente intensa.

8.2 - Colonização Particular

c) Sulistas

Esta é a situação predominante hoje em dia em Mato Grosso, onde a colonização particular tem tido um crescimento notável. Escolheu-se para representá-la o Projeto de Mutum, da Agropecuária Mutum, onde predominam os gaúchos, e o Projeto de Alta Floresta, da INDECO S.A., onde sobressaem os paranaenses. Mutum foi escolhido em lugar de Água Boa e Canarana, muito recomendados pelos funcionários do INCRA e da EMATER, os quais também poderiam representar a migração de sulistas para as áreas de cerrado.

A eleição de Mutum, contudo, deve-se ao fato de que a área onde se localiza tem terras de qualidade superior às de Água Boa e Canarana. Dada a necessidade de se observarem diferentes alternativas de colonização com possibilidade de implementação em grande escala, deu-se preferência a uma experiência que apresenta maior chance de êxito no longo prazo.

d) Outros Migrantes

Foram selecionados para representar essa situação os projetos de particulares em Mato Grosso - Beleza, Santana e São Marcos, da Colonizadora Vila Rica - cujos migrantes, em sua maioria, são oriundos principalmente de Minas Gerais. Esta situação é praticamente inexistente quanto ao fluxo nordestino, que não pode pagar o preço da terra cobrado pelas colonizadoras par

ticulares. Tampouco tem-se qualquer informação quanto à penetração do fluxo do Centro-Oeste nesses projetos. Nos projetos particulares selecionados para representar o fluxo sulista será feito um esforço especial de amostragem para aferir a importância dos outros migrantes na colonização particular.

8.3 - Colonização Espontânea

e) Sulistas

Esta situação tem crescido na fronteira oriental, sobretudo na parte de Mato Grosso que confina com o Pará, ao norte, e com Goiás, a leste. Foram selecionadas para representá-la a cidade de São Félix do Araguaia e a localidade de Porto Alegre, segundo recomendações de funcionários da EMATER e do INCRA, em Mato Grosso.

Espera-se, também, encontrar esses fluxos nas vizinhanças dos demais projetos de colonização oficiais e particulares visitados, pois é comum posseiros se fixarem próximo à infraestrutura instalada pela colonização. Não se sabe, de antemão, quão substituíveis seriam essas duas situações (na orla dos projetos vs. onde não há projetos) para os fins da análise a ser desenvolvida posteriormente.

f) Outros Migrantes

Esta situação continua presente em toda parte e tem tido notável aumento no sudeste paraense, indo de encontro com o fluxo sulista que vem subindo por Mato Grosso. Foi selecionada para representá-la as vizinhanças das cidades de Marabá e Conceição do Araguaia, na área administrada pelo GETAT. Espera-se,

também, encontrar fluxo nas vizinhanças dos demais projetos visitados, sobretudo Anapu, pois os posseiros se instalam nas áreas de expansão provável dos projetos de colonização oficial, aguardando regularização futura do lote. Mais ainda do que no caso dos sulistas, também neste não se sabe, de antemão, quão substituíveis seriam essas duas situações (na orla dos projetos vs. onde não há projetos), para os fins da análise a ser desenvolvida posteriormente.

É especialmente difícil estudar a parte "espontânea" da fronteira amazônica já que, fora dos projetos de colonização, há uma gama muito ampla de opções ocupacionais, ou de inserções econômicas, para a força de trabalho rural em diferentes pontos da Amazônia. Isto é, a população que constitui a clientela da colonização dirigida é composta de pessoas que adquirem um lote num projeto de colonização em vez de:

- 1) permanecerem ocupantes em terras de outrem (ou devolutas), sem pagar pelo uso do solo;
- 2) tornarem-se agregados, arrendatários ou parceiros e pagarem arrendamento em trabalho, em dinheiro ou em espécie;
- 3) assalariarem-se em empreendimentos agrícolas comerciais, quer em caráter temporário quer permanente;
- 4) explorarem o extrativismo em sujeição precária ao capital (e.g. castanha, borracha, garimpo, madeira).

A análise do comportamento de um colono num projeto oficial ou particular exige, portanto, uma comparação sistemática com as alternativas rurais existentes para ele na economia da fronteira local. Por outro lado, exige também a compreensão do funcionamento econômico do sistema de produção no qual ele

se encontra inserido, seja este representado pelo comportamento do proprietário, que lhe concede a parceria, pela fazenda agropecuária, que lhe paga o salário, pelo comprador que lhe adianta "o rancho" e compromete a venda da sua produção futura (agrícola ou extrativa), ou outro. Conseqüentemente, a seleção da parte espontânea da amostra poderia ser feita segundo as características predominantes da unidade de produção em que ele trabalha, estabelecidas a partir de distribuições e outras estatísticas descritivas geradas para cada localidade a ser pesquisada.

Uma vez estabelecidos os principais tipos de agricultores em cada local de pesquisa, serão identificados sublocalidades espaciais especialmente "intensas" ou propensas a cada tipo, de tal forma a orientar a organização espacial dos percursos de aplicação de questionários. A partir desse ponto, cessa a manipulação de dados "do universo" e procede-se a um processo de amostragem propriamente dito, a ser descrito na próxima seção.

8.4 - Outros Locais de Pesquisa

Os locais selecionados para a pesquisa de campo cobrem, aparentemente, todas as situações previstas na matriz acima. No entanto, eles não são suficientes para cumprir as exigências da pesquisa como um todo e dos seus quatro subprojetos. Isto porque a variável-chave da análise, como ficou especificado na seção anterior, não é o pequeno agricultor no momento em que ele é observado, mas o seu perfil de renda ao longo de um ciclo de vida completo, a partir da chegada à fronteira até a dissolução da unidade familiar. Todos os locais selecionados a

cima são de ocupação recente e de populações jovens; não proporcionam observações sobre a fase final do ciclo de vida nem, em muitos casos, de unidades que já estejam no local a tempo suficiente para passar para as fases de consolidação e acumulação. Para sanar esse problema foi selecionado, adicionalmente aos demais, um local de pesquisa de ocupação antiga e de imigração heterogênea:

g) Colonização Antiga: Sulistas e Outros Migrantes

Esta situação é representada na amostra pelo Projeto de Monte Alegre, do INCRA. Este projeto data de 1926, tendo iniciado como uma colonização estadual, e congrega nordestinos, sulistas, pessoas da própria região e um grande contingente de japoneses. A média de idade é bem mais elevada do que nos demais projetos e há grande contingente de colonos antigos. Há ainda muita diversidade tecnológica, indo desde os lotes esgotados e abandonados pelos antigos colonos (geralmente nordestinos) até aqueles de notável produtividade (geralmente de japoneses), especializados em produtos hortigranjeiros para os mercados de Manaus e Belém. O próprio projeto possui uma grande área de expansão que tem atraído um fluxo de sulistas recente. Próxima a Monte Alegre está Alenquer, onde a expansão das grandes fazendas pecuaristas e dos pequenos posseiros e ocupantes avançam mata a dentro. Este conjunto de Monte Alegre e Alenquer constitui um microcosmo da Amazônia como um todo por ter "um pouco de tudo" e permite, portanto, "fechar a amostra", assegurando a cobertura do ciclo de vida na fronteira.

Este procedimento de se pesquisarem os velhos em Monte Alegre e os jovens em toda parte implica que os tipos de flu

xos migrat6rios identificados sejam suficientemente homog6neos internamente para serem comparados em pontos geogr6ficos diferentes. No entanto, n6o 6 nada 6bvio que um sulista velho de Monte Alegre espelhe o futuro prov6vel de um sulista jovem de Mato Grosso, muito pelo contr6rio... Por outro lado, o nordestino jovem da Transamaz6nica talvez se transforme em algo semelhante ao nordestino velho de Monte Alegre, sobretudo se continuar a praticar a agricultura rudimentar que o caracteriza em ambos os locais. Este problema - de considerar que as diferen7as observadas num momento do tempo entre jovens e velhos indicam as dire76es prov6veis das mudan7as que ir6o ocorrer ao longo do tempo - se parece com o problema usual da metodologia cross-section. Mas 6 mais grave, porque as popula76es comparadas em lugares distantes uns dos outros poder6o n6o ser t6o homog6neas quanto seria necess6rio para assegurar a an6lise das caracter6sticas desejadas.

Caso se possa confiar que haja homogeneidade dos fluxos atrav6s das dist6ncias geogr6ficas, ent6o o ga6cho do Par6, por exemplo, seria compar6vel ao ga6cho de Mato Grosso, e as diferen7as observadas entre os dois (no manejo da unidade agr6cola e do trabalho da fam6lia, ou noutras formas de comportamento) seriam provocadas por diferen7as nos ambientes econ6micos e institucionais externos. Do mesmo modo, o maranhense do Par6 seria compar6vel ao de Mato Grosso e as diferen7as entre eles na fronteira seriam fun76o dos diferentes contextos econ6micos institucionais circundantes. Conseq6entemente, as diferen7as entre ga6chos e maranhenses em Mato Grosso ser6o maiores ou menores do que as existentes entre ga6chos e maranhenses no Par6,

segundo a atuação dos ambientes econômicos e sociais circundantes em cada lugar. Fica, assim, possível estender a análise dos migrantes para um estudo da atuação dos órgãos governamentais e dos outros agentes que figuram na economia do pequeno produtor de fronteira.

Essa extensão implica que o levantamento em cada local abranja não só os agricultores, mas também a atuação do INCRA e dos outros órgãos governamentais federais, estaduais e municipais. Implica também que sejam registradas as transações com os comerciantes que compram e vendem aos agricultores, as operações com os credores e os transportadores e as relações com os empregadores e com diversos outros participantes da economia de fronteira. Esse é o segundo ponto metodológico aludido na Seção 7, acima. Sua importância está no fato de levar a pesquisa de campo a buscar informações não só com os agricultores, mas também com não agricultores nos locais da entrevista e em vários outros locais onde se encontrarem, nas cidades, nas capitais ou mesmo em Brasília.

Os instrumentos de coleta a serem desenvolvidos para a pesquisa de campo deverão ser bastante complexos, de maneira a captarem os diversos aspectos requeridos por todos os subprojetos em cada local visitado. Em decorrência, o treinamento da equipe de campo para o manejo desses instrumentos deverá ser intenso e minucioso e será desenvolvido já na própria Amazônia, em condições próximas àquelas da coleta propriamente dita.

h) Treinamento

O local selecionado para treinamento é a sede do Projeto de Altamira, do INCRA (Brasil Novo), na Transamazônica no

Pará. Esse local foi escolhido por ser central aos demais, ter alojamento razoavelmente confortável, e por ser grande o bastante para permitir reunir toda a equipe na fase inicial da pesquisa de campo.

O conjunto de locais a serem visitados está indicado no Mapa 5. As letras referem-se à matriz que inicia a presente seção e à descrição feita nos parágrafos anteriores; os números referem-se às microrregiões homogêneas em que se encontram os locais de pesquisa. A importância das regiões visitadas como parte do processo geral de avanço da pequena produção agrícola na Amazônia pode ser verificado voltando-se às tabelas apresentadas ao longo do Capítulo 2.

Dada a abrangência desta pesquisa e sua pretensão de captar as principais formas de penetração da pequena produção na Amazônia, torna-se da maior importância assegurar o máximo de eficiência no processo de amostragem, de maneira a cobrir todas as situações desejadas com o menor custo possível. A metodologia adotada é apresentada no Capítulo 4 do referido Relatório.

LOCAIS DA PESQUISA DE CAMPO

Colonização Oficial:

- a) Pacal (sulistas)
- b) Altamira - Anapu (outros migrantes)
- g) Monte Alegre (sulistas e outros migrantes)
- h) Altamira - Brasil Novo (treinamento)

Colonização Particular:

- c 1) Projeto Mutum, da Agropecuária Mutum (sulistas)
- c 2) Alta Floresta, da INDECO S.A. (sulistas)
- d) Vila Rica (outros migrantes)

Colonização Espontânea:

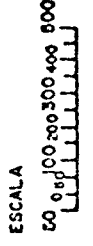
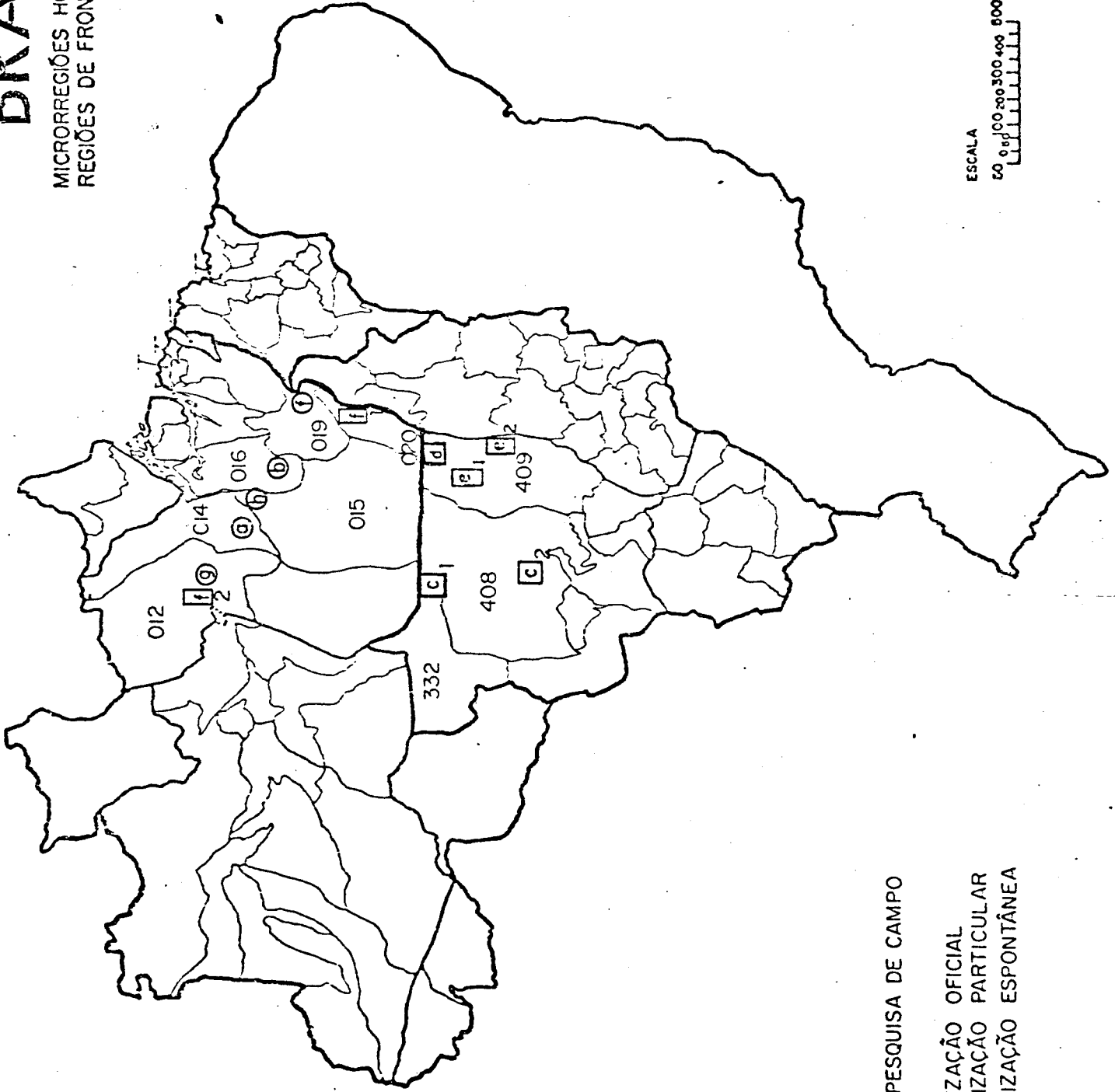
- e 1) Porto Alegre (sulistas)
- e 2) São Félix do Araguaia (sulistas)

Outros Migrantes:

- f 1) Conceição do Araguaia (outros migrantes)
- f 2) Alenquer (outros migrantes)

BRASIL

MICRORRREGIÕES HOMOGÊNEAS NAS
REGIÕES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA



Mapa 5
LOCAIS DA PESQUISA DE CAMPO

- - COLONIZAÇÃO OFICIAL
- - COLONIZAÇÃO PARTICULAR
- ▭ - COLONIZAÇÃO ESPONTÂNEA

9 - BIBLIOGRAFIA SOBRE A FRONTEIRA

9.1 - Estudos de Caso

O Mapa nº 4 e a lista abaixo mostram a distribuição espacial dos principais estudos de caso conhecidos, realizados na área de fronteira no período recente. Nota-se que a penetração recente da agricultura familiar na Amazônia tem sido estudada por diversos autores nas regiões do Maranhão e ao longo das grandes rodovias Cuiabá-Brasília, Transamazônia e, mais recentemente, Cuiabá-Porto Velho.

No entanto, sobressai a ausência de estudos de casos em outras regiões de forte penetração recente da pequena agricultura, tais, como Mato Grosso, sudeste do Pará, Roraima e áreas da Amazônia Ocidental e Oriental. Esta constatação foi considerada para fins de definição de áreas de pesquisa de campo na fase subsequente deste projeto.

A informação bibliográfica que se segue está organizada por localidade e não por ordem alfabética. Alguns destes títulos estão citados novamente em ordem alfabética no item 9.2. Outros são citados apenas neste item por estarem muito ligados às próprias regiões de levantamento de dados.

LISTA DOS ESTUDOS DE CASOLocalidadeEstudos de Caso

Rondônia:

1) Ouro Preto - 4 estudos de caso

a) PIC - Ouro Preto - Colonização Dirigida no Brasil - Suas Possibilidades na Amazônia - IPEA, Relatório de Pesquisa nº 8, Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 2.^a edição 1979.

b) Guilherme Leite da Silva e Manoel Cabral de Castro - Colonização Dirigida no Brasil: Considerações Críticas sobre o Sistema de Implantação dos Projetos, São Paulo: FIPE, sem data, mimeo.

c) Maria Helena F. T. Henriques - A Dinâmica Demográfica de uma Área de Fronteira: Rondônia. Relatório de Pesquisa nº 1: Conceitos Básicos e Descrição Preliminar da Área, Rio de Janeiro: IBGE/DESPO - maio de 1980, mimeo.

d) Nilo Tcheyan - A Comparative Study of the Administration of two Amazonian, Projects: Alto Turi and Ouro Preto, Washington: International Bank for Reconstruction and Development, 1979, mimeo.

2) Gi-Paraná - trabalho citado em (l.c).

Localidade

Estudos de Caso

3) Rondônia - 3 estudos de caso

a) CEDEPLAR, Ocupação Agrícola da Amazônia: Primeiros Estudos sobre a Fixação de Diretrizes - Belo Horizonte/Brasília: MA/CEDEPLAR, outubro/1979, mimeo.

b) Pesquisa do NAEA, em andamento sobre Colonização e Reprodução das Estruturas Sociais: Estudo de Caso em Rondônia.

c) Pesquisa em andamento coordenada por Ivan Otero Ribeiro sobre Situação e Evolução Recente da Agricultura Brasileira - PERSAGRI II: A Produção Familiar, Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola EIAP/FGV.

Acre:

30. CEDEPLAR, Migrações Internas na Região Norte: O Caso do Acre. Convênio SUDAM/UFMG/FUNDEP, Belo Horizonte: agosto, 1979, mimeo (1).

Amazonas:

4) Núcleo de Colonização Bela Vista - IPEA/INPES, trabalho citado.

5) Colônia Agrícola do Rio Preto - IPEA/INPES, trabalho citado.

Pará:

6) a) Maria Emília L. Pacheco - Circuito de Mercado e Pa-

Localidade

Estudos de Caso

drões de Consumo Alimentar entre Camponeses de Origem Cearense numa Região do Pará, Rio de Janeiro: Tese de Mestrado em Antropologia Social, parte do projeto sobre Hábitos Alimentares em Camadas de Baixa Renda, sem data, mimeo, Convênio FINEP/FUB/Museu Nacional.

b) Tatiana Lins e Silva - Os Curupiras foram Embora! Um estudo sobre Alimentação e Reprodução da Força-de-Trabalho entre Camponeses Paraenses, Rio de Janeiro: Tese de Mestrado em Antropologia Social, parte do projeto sobre Hábitos Alimentares em Camadas de Baixa Renda, 1977, mimeo, Convênio FINEP/FUB/Museu Nacional.

c) SONDOTÉCNICA/MINTER/SUDAM - Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Xingu e Tapajós. Relatório Final de 4 volumes, Rio de Janeiro: Sondotécnica S.A., 1976.

- 7) Núcleo de Colonização de Monte Alegre - IPEA/INPES, trabalho citado.
- 8) Aveiro - Sondotécnica, trabalho citado.
- 9) Itaituba - Sondotécnica, trabalho citado.
- 10) Prainha - Sondotécnica, trabalho citado.
- 11) Porto do Moz - Sondotécnica, trabalho citado.
- 12) Altamira - 4 estudos de caso.

Localidade

Estudos de Caso

- a) PIC ALTAMIRA - Guilherme Leite da Silva, trabalho citado.
 - b) Núcleo de Colonização de Altamira IPEA/INPES, trabalho citado.
 - c) Sondotécnica - trabalho citado.
 - d) Norma B.R. Chalout - Settlement along the Trans-Amazon Highway: Planning and Reality. Trabalho comentado pelos organizadores do livro Land, Planning and People in Amazonia. Center of Latin American Studies, Cambridge: England, 1980.
- 13) São Félix do Xingu - 3 estudos de caso
- a) CEDEPLAR, Ocupação Agrícola da Amazônia. Primeiros Estudos sobre Fixação de Diretrizes, MA/CEDEPLAR - Belo Horizonte, Brasília, outubro/1979, mimeo.
 - b) Pesquisa em andamento de Donald S. Sawyer; e outros sobre Política de Desenvolvimento e Expansão da Fronteira na Amazônia: Estudo do Impacto em São Félix do Xingu.
 - c) Sondotécnica - trabalho citado.
- 14) Senador José Porfírio - Sondotécnica, trabalho citado.
- 15) Marabá - CEDEPLAR, Migrações Internas na Região Norte. Estudo de Campo da Região de Marabá, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, maio/1977 e em CEDEPLAR - trabalho citado.

Localidade

Estudos de Caso

- 16) Guamã - 3 estudos de caso.
- a) Núcleo de Colonização do Guamã - IPEA/INPES, trabalho citado.
 - b) Projeto de Colonização do "Guamã" - Guilherme Leite da Silva, trabalho citado. (O PIC "Guamã" situa-se em áreas localizadas nos Municípios de Santa Isabel do Guamã, Castanhal e Inhangapi).
 - c) Castanhal - NAEA, Jean Hébette e Rosa Acevedo. Colonização para Quem? Belém; Universidade do Pará, NAEA. Série Pesquisa, Ano I, nº 1, 1979.
- 17) Capitão Poço - Donald R. Sawyer - "Colonização da Amazônia: Migração de Nordestinos para uma Frente Agrícola do Pará." Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza: v.10, nº 3, pág. 773-812. jul./set./1979 e em Donald R. Sawyer - Peasants and Capitalism on the Amazon Frontier. Tese de Ph.D., Harvard University, Department of Sociology. Cambridge, Massachusetts, abril, 1979.
31. Conceição do Araguaia - 2 estudos de caso.
- a) Estudos de População - Neide Lopes Patarra e Otávio Ianni.

Localidade

Estudos de Caso

II - Conceição do Araguaia; Estudo de Caso: Dinâmica Populacional, Transformações Sócio-Econômicas, Atuação das Instituições.
São Paulo: CEBRAP, 1978, mimeo.

b) CEDEPLAR - trabalho citado.

Maranhão:

18) Bequimão e Alcântara - Laís Mourão Sá - O Pão da Terra. Propriedade Comunal e Campesinato Livre na Baixada Ocidental Maranhense - Tese de Mestrado em Antropologia, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1975, mimeo.

19) Alto Turi - 2 estudos de caso.

a) Projeto de Colonização do Alto Turi - IPEA/INPES, trabalho citado.

b) Nils Tcheyan - trabalho citado.

20) Bacabal - Maria Hortense Ferro Costa Marcier - Padrões Alimentares de um Grupo Camponês numa Situação de Expropriação no Estado do Maranhão, Rio de Janeiro: Museu Nacional. Hábitos Alimentares em Camadas de Baixa Renda. Convênio FINEP/FUB/MUSEU.

21) Pedreiras, Quixadá e São Pedro - Relatório de Pesquisa. Problemas de Formação do Campesinato, Rio de Janeiro: 1977. Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica do Nordeste - Convênio FINEP/IPEA/IBGE, UFRJ.

Localidade

Estudos de Caso

- 22) Imperatriz - 2 estudos de caso.
- a) Alto do Carvão - Teresinha Helena de Alencar Cunha - Terra da Promissão - Luta pela Subsistência de um Povoado na Frente de Expansão do Sudoeste do Maranhão - Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, Museu Nacional, 1977.
- b) NAEA - Jean Hébette e Rosa Acevedo - trabalho citado.
- 23) Núcleo de Colonização de Barra do Corda - IPEA/INPES, trabalho citado.

Mato Grosso do Sul:

- 24) PIC de Iguatemi - Guilherme Leite da Silva, trabalho citado.
- 25) Distrito de Assentamento Iguatemi, Guaíra - IPEA/INPES, trabalho citado.

Goiás:

- 26) Araguaina - NAEA - trabalho citado.
- 27) Núcleo de Colonização - Bernardo Sayão - IPEA/INPES, trabalho citado.
- 28) Gurupi - Colônia Agrícola do Gurupi - Estudos de Caso NAEA - Universidade Federal do Pará. Colonização não Dirigida na Belém/Brasília (versão preliminar) e em NAEA, trabalho citado.
- 29) Ceres - NAEA, trabalho citado.

9.2 - Outros Trabalhos¹

Bastos e Gonzales (1975)

- Bastos, Maria Inês e Gonzales, Elbio, "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira" in Mão-de-Obra Volante na Agricultura: I Reunião Nacional, Botucatu: Departamento de Economia Rural, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 1975.

Berquó (1977)

- Berquó, Elza, "A Fecundidade Rural-Urbana dos Estados Brasileiros em 1970", Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estatística, 38 (51), jul./set. 1977 - pp. 251-303.

Brant (1975)

- Brant, Vinicius Caldeira, "Desenvolvimento Agrícola e Excedente Populacional na América Latina (Notas Teóricas)", São Paulo: Estudos CEBRAP nº 14, out./dez. 1975, pp. 101-118.

¹ Não inclui diversos estudos de caso, os quais foram citados no apêndice anterior, segundo a localidade do levantamento de dados.

Brant (1977)

- Brant, Vinicius Caldeira, "Do Colono ao Bóia-Fria: Transformação na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Soro cabana de Assis", São Paulo: Estudos CEBRAP nº 19, jan./março 1977, pp. 37-92.

_____ (1979)

- Brant, Vinicius Caldeira, "População e Força de Trabalho no Desenvolvimento da Agricultura Brasileira", São Paulo: CEBRAP/1979, mimeo.

Binagri (1979)

- Binagri, Estudos Básicos para o Planejamento Agrícola, Série Aptidão Agrícola das Terras. Brasília: BINAGRI, 1979 nºs. 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 18.

Bunker (1980)

- Bunker, Stephen G., "Barreiras Burocráticas e Institucionais à Modernização: O Caso da Amazô-nia", Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 10 (2), agosto/1980, pp. 555-600.

- Calvente (1980) - Calvente, Átila Torres, Formação não Capitalista no Movimento de Ocupação da Amazônia: Colonização Agrícola em Rondônia 1970-1980, Brasília: Tese de Mestrado - Instituto de Ciências Humanas - UNB, 1980.
- Cardoso e Müller (1977) - Cardoso, Fernando Henrique e Müller G., Amazônia: Expansão do Capitalismo, São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- Carvalho (1979) - Carvalho, G. A. Magno et alli, "Migrações Internas na Amazônia" in J.N.M. da Costa ed. Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Monografia nº 29, 1979.
- CEDEPLAR (1977) - CEDEPLAR, Migrações Internas na Região Norte: Estudo de Campo da Região de Marabá, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, maio de 1977.
- CEDEPLAR (1979) - CEDEPLAR/Ministério da Agricultura, Ocupação Agrícola da Amazônia: Primeiros Estudos para Fixação de Diretrizes, Brasília: 1979.

- Conselho Nacional de Trans- - Conselho Nacional de Transportes,
portes (1973) Plano de Viação - Evolução His-
tórica, Rio de Janeiro: Conselho
Nacional de Transportes, 1973.
- Costa (1981) - Costa, Sarah H., Os Padrões de
Formação Familiar e suas Rela-
ções com Condições de Saúde em
Regiões de Fronteira, Rio de Ja-
neiro: ENSP, junho 1981, mimeo.
Subprojeto 3 da Pesquisa Migra-
ções Internas ...
- Cunha (1977) - Cunha, Terezinha Helena Alencar,
Terra da Promissão. Luta pela
Subsistência de um Povoado na
Frente de Expansão do Sudoeste
do Maranhão, Rio de Janeiro: Te-
se de Mestrado apresentada ao Mu-
seu Nacional/UFRJ, 1977.
- D'INCAO (1975) - D'INCAO, Maria Conceição Melo,
O Bóia-Fria: Acumulação e Misé-
ria; Petrópolis: Editora Vozes,
1975.

- Dias e Castro (1976) - Dias, Guilherme Leite da Silva e Castro, Manoel Cabral de, Colo- nização Dirigida no Brasil: Con- siderações Críticas sobre o Sis- tema de Implantação de Projetos, São Paulo: Convênio FIPE/M.A., 1976, mimeo. Especialmente p. 65, 86, 89, 91-93.
- Dias (1978) - Dias, Guilherme Leite da Silva, Estrutura Agrária e Crescimento Extensivo, São Paulo: Tese de Li vre Docente apresentada ao Depar tamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP, maio/1976, mimeo.
- DNER (1980, 1975, 1969, 1961) - DNER, Mapas Rodoviários, Rio de Janeiro: 1961, 1969, 1975 e 1980.
- Ed. Abril (1980, 1975, 1970, 1967) - Editora Abril, Guia Turístico 4 Rodas, São Paulo: 1967, 1970, 1975 e 1980.
- Ferreira (1981) - Ferreira, Brancolina, A Terra e seu Significado para o Pequeno Produtor na Fronteira, Brasília: IPEA/IPLAN, maio 1981, mimeo. Sub projeto 4 da Pesquisa Migrações Internas ...

- FIBGE (1979) - FIBGE, Áreas de Atração e Evasão Populacional no Brasil, no período 1960-1970, Rio de Janeiro: FIBGE/SUEGE. Série Estudos e Pesquisas nº 4, 1979.
- FIBGE (1960) - FIBGE, Censos Agrícolas de 1960, Rio de Janeiro: FIBGE, Departamento de Censos, 1970.
- _____ (1970) - FIBGE, Censo Agropecuário de 1970, Rio de Janeiro: FIBGE, Superintendência de Estatísticas Primárias, 1973.
- _____ (1960) - FIBGE, Censo Demográfico de 1960, Rio de Janeiro: FIBGE, Departamento de Estatísticas de População, 1970.
- _____ (1975) - FIBGE, Censo Demográfico de 1975, Rio de Janeiro: FIBGE, Censos Econômicos, 1979.
- _____ (1970) - FIBGE, Censo Demográfico de 1970, Rio de Janeiro: FIBGE, Departamento de Censos, 1973.
- _____ (1972) - FIBGE, Sinopse do Censo Demográfico de 1970, Rio de Janeiro: FIBGE, 1972.

- FIBGE (1968) - FIBGE, Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas, Rio de Janeiro: FIBGE, 1971.
- _____ (1972) - FIBGE, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, Rio de Janeiro: FIBGE - DEGEO, 1972.
- _____ (1980) - FIBGE, Regiões de Influência da Cidade, Rio de Janeiro: FIBGE, 1980.
- _____ (1979) - FIBGE, A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica. V.1. Introdução, Sudoeste Amazônico, Rondônia e Regiões Vizinhas, Rio de Janeiro: 1979.
- Garcia Jr. (1975) - Garcia Jr., Afrânio R., Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores, Rio de Janeiro: Tese de Mestrado apresentada ao Museu Nacional da UFRJ, 1975.
- Goodman e Redclift (1977) - Goodman, David e Redclift, Michael, "The Bóias-Frias: Rural Proletarianization and Urban Marginality in Brazil" in International Journal of Urban and Regional Research, Vol.1, nº 2, 1977, pp. 348-364.

- Goodman (1978)
- Goodman, David, "Expansão de Fronteira e Colonização Rural: Recente Política do Desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil" in Werner Baer et alii, Dimensão do Desenvolvimento Brasileiro, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978, pp. 301-337.
- Hébette e Marin (1977)
- Hébette, Jean e Marin, Rosa E. Acevedo, Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais, Belém: NAEA, U.F. do Pará, 1977.
- Ianni (1979)
- Ianni, Otávio, Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia, Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1979.
- ICOTI (1976)
- ICOTI, A Rede Funcional Urbana do Amazonas, Manaus: ICOTI, 1976.
- INCRA (1971)
- INCRA, "Metodologia para Programação Operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores", Brasília: 1971, mimeo.

Lacorte (1976)

- Lacorte, M.H.C., Estrutura da Rede Rodoviária do Estado do Rio de Janeiro: Uma Contribuição Metodológica, Rio de Janeiro: Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da UFRJ, 1976.

Lopes (1976)

- Lopes, Juarez R. Brandão, "Do Latifúndio à Empresa: Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo", São Paulo: Cadernos CEBRAP nº 26, 1976.

_____ (1979)

- Lopes, Juarez R. Brandão, "Desarrollo Capitalista y Estructura Agraria en Brasil" in Maria Beatriz de Albuquerque e Maurício Dias David ed. El Setor Agrário en America Latina, Estocolmo: Instituto de Estudios Latino-americanos, 1979, pp. 125-137.

Loreiro (1981)

- Loreiro, Maria Rita Garcia. "Contribuição para a Análise das Transformações Recentes na Agricultura Brasileira", in Revista de Administração de Empresas, 21 (1), pp. 83-86. Rio de Janeiro, jan./março 1981.

Mahar (1978)

- Mahar, Dennis J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia: Uma Análise das Políticas Governamentais, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa nº 039, 1978.

Maluf (1977)

- Maluf, Renato Sérgio. A Expansão do Capitalismo no Campo. O Arroz no Maranhão, Campinas: Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Campinas, 1977.

Martine (1978)

- Martine, George. Migrações Internas e Alternativas de Fixação Produtiva: Experiência Recente de Colonização no Brasil, Brasília: Relatório Técnico nº 37, 1978, Especialmente pp. 47 e 48.

Martine (1980)

- Martine, George. "A Colonização de Rondônia: Continuidades e Perspectivas", Brasília: Versão Preliminar, 1980, mimeo.

Martins (1975)

- Martins, José de Souza, Capitalismo e Tradicionalismo, São Paulo: Editora Pioneira 1975. Especialmente pp. 45-46

_____ (1979)

- Martins, José de Souza. "Terra e Liberdade: A Luta dos Posseiros na Amazônia Legal", in Reforma Agrária, Campinas: Boletim da ABRA, ano IX, nº 1, jan./fev. 1979.

Moura (1979)

- Moura, Hélio A. de. "O Balanço Migratório do Nordeste no período 1950/1970", Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, Vol. 10, nº 1 pp. 47-86 jan./mar., 1979.

Musumeci (1980)

- Musumeci, Leonarda. "Notas sobre Campesinato de Fronteira e o Mito da 'Terra Liberta'" Rio de Janeiro: 1980, mimeo.

Oliveira e Stern (1971)

- Oliveira, Orlandino de e Stern, Cláudio. "Notas sobre a Teoria da Migração Interna: Aspectos Sociológicos in Hélio A. Moura Coord. Migrações Internas - Textos Seleccionados, Fortaleza: 1980, pp. 251-265.

- Osório (1978)
- Osório, Carlos. "Migrações Recentes e Desenvolvimento", Recife: Revista Pernambucana de Desenvolvimento 5(2), jul./dez./1978; pp. 217-33. Ver págs. 222 e 223.
- Ozorio (1976)
- Ozorio, Anna Luiza de Almeida. Distribuição da Renda e Emprego em Serviços, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa nº 34, 1976.
- _____ (1977)
- Ozorio, Anna Luiza de Almeida. "Parceria e Tamanho da Família no Nordeste Brasileiro", Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico, 7(2), agosto/1977, pp. 291-332.
- Pacheco (1979)
- Pacheco, Lenita Maria T. Coloni-zação Dirigida, Estratégia de A-cumulação e Legitimação de um Es-tado Autoritário, Brasília: Te-se de Mestrado em Ciências Soci-ais da UNB, agosto/1979.
- Pinsky (1977)
- Pinsky, J. (org.), Capital e Tra-balho no Campo, São Paulo: Editora HUCITEC, 1977.

Ramalho (1980)

- Ramalho, A. Filho. Aptidão Agrícola das Terras de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro: MA/CE, Horto FGV.

Sã (1975)

- Sã, Lais Mourão. O Pão da Terra, Propriedade Comunal e Campeonato Livre na Baixada Ocidental Maranhense, Rio de Janeiro: Tese de Mestrado apresentado ao Museu Nacional, UFRJ, 1975.

Sawyer (1979)

- Sawyer, Donald R. "Colonização da Amazônia: Migração de Nordestinos para uma Frente Agrícola do Pará" in Revista Econômica do Nordeste Vol. 10, nº 3, pp. 773-813, Fortaleza: jul./set. 1979. Ver pág. 782.

Secretaria de Agricultura de Rondônia (1980)

- Secretaria de Agricultura de Rondônia, Sistema Agrícola de Rondônia para o Pequeno Produtor, Porto Velho: 1980, 2 volumes.

Silva (1980)

- Silva, José Granziano, "Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro", Água de São Pedro: II Encontro Nacional de Estudos Populacionais 1980, mimeo.

- Singer (1976)
- Singer, Paul. Economia Política da Urbanização, São Paulo: Editora Brasiliense, 3a. edição, 1976, Especialmente pág. 38.
- Tavares (1972)
- Tavares, Vânia Porto et alli. Colonização Dirigida no Brasil: Suas Perspectivas na Região Amazônica, Rio de Janeiro: IPEA, Relatório de Pesquisa nº 8, 1972.
- Valverde (1967)
- Valverde, Orlando e Dias, Catharina V. "A Rodovia Belém-Brasília: Estudo de Geografia Regional", Rio de Janeiro: IBGE, 1967. Ver pág. 128.
- Velho (1972)
- Velho, Otávio Guilherme. Frente de Expansão e Estrutura Agrária, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. Especialmente pág. 156.
- _____ (1973)
- Velho, Otávio Guilherme. Modes of Capitalist Development, Peasantry and Moving Frontier. Ph. D. dissertation, University Manchester: 1973. Especialmente Capítulo 13 "The Amazon Frontier and the Peasantry".

Velho (1976)

- Velho, Otávio Guilherme, Capitalismo Autoritário e Campesinato, São Paulo: DIFEL, 1976. Especialmente pp. 219, 221.

_____ (1978)

- Velho, Otávio Guilherme, "Fronteira e o Pequeno Produtor", Campinas: Boletim da ABRA ano VIII, nov./dez. 1978, nº 6.